

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2020

Índice

INTRODUÇÃO	II
I – ENQUADRAMENTO LEGAL	3
II – GRUPO AUTÁRQUICO	6
III – ENTIDADES EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO	7
IV – PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS	7
1 – PRINCÍPIOS ORIENTADORES	7
2 – ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	8
2.1 - AdIN – Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A.	9
V – DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS	11
1 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL 2020	11
2 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DIREITOS E OBRIGAÇÕES 2020	12
VI – ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRO	14
ATIVO	14
Estrutura Ativo	15
PASSIVO	15
Estrutura Passivo	16
PATRIMÓNIO LÍQUIDO	16
Estrutura Património Líquido	17
INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS:	17
VII – DÍVIDA CONSOLIDADA	18
VIII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	19
1 - BALANÇO CONSOLIDADO 2020	19
2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA 2020	20
3 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO 2020	21
4 - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA 2020	22
5 - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	23

Introdução

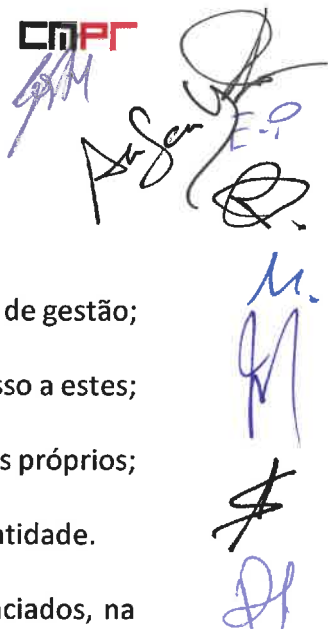
A crescente utilização pelos municípios de formas organizacionais de diversa natureza (em especial empresarial), que detêm ou controlam, com o desiderato de melhor prossecução das suas atribuições, numa lógica de grupo municipal, torna manifestamente insuficiente a simples prestação de contas individualizada por parte de cada uma dessas entidades. De facto, a apresentação de contas individuais não permite obter uma visão global da situação financeira, quer do município de per si, que do grupo municipal, o que dificultando a tomada de decisão por parte dos decisores políticos, limitando uma avaliação integrada do conjunto de atividades desenvolvidas por aquelas entidades. Os municípios têm, atualmente, uma lógica de grupo municipal e atuam de acordo com essa perspetiva, uma vez que a sua intervenção e o desenvolvimento das suas atividades, na prossecução das suas atribuições, deve ser integrada e articulada com a das restantes entidades que detêm ou controlam também com esse objetivo. Assim, as contas dos municípios devem ser consolidadas, pois só este instrumento permite conhecer a sua verdadeira situação económico-financeira e avaliar, de forma integrada, o conjunto de atividades desenvolvidas. Serão analisadas as situações geradoras dessa necessidade de consolidação das contas quando se verifica a participação do município em outras entidades e identificar o método de consolidação indicado no normativo contabilístico para cada tipologia de investimento à luz do Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas.

I – Enquadramento Legal

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, adiante designado por RFALEI, prevê no seu artigo 75º a obrigatoriedade de os municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O Regime Jurídico do Setor Empresarial Local e das Participações Locais, sem prejuízo do regime previsto na lei geral, aplica-se à constituição ou à mera participação em associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia e pelas áreas metropolitanas. Já o associativismo municipal e a participação em entidades de direito público são objeto de diploma próprio. De acordo com o preconizado nesse preceito, os municípios, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, expressamente identificadas por “entidade mãe”, ou “entidade consolidante”, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas. Assim sendo, considera-se que o grupo autárquico é composto por um município, ou uma entidade intermunicipal, ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta (cf. disposto no nº 3 do artigo 75º, do RFALEI).

Para efeitos de apuramento das entidades que concorrem para o perímetro de consolidação, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas devem atender à existência de controlo, relativamente a outras entidades e que se pode materializar através da detenção total ou parcial no caso dos serviços municipalizados e intermunicipalizados, da natureza empresarial no caso das empresas locais, ou de outra natureza por referência a condições de poder como sejam a detenção da maioria de capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão ou de resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade. Ou, em alternativa devem atender à presunção de controlo quando se verifique, relativamente a uma entidade, um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado, a saber:



- ✓ a faculdade de vetar os orçamentos;
- ✓ a possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão;
- ✓ a detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livro acesso a estes;
- ✓ a capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios;
- ✓ a assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos de outra entidade.

São sempre consolidadas, ainda que com métodos de consolidação diferenciados, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação, ou detenção do município, das entidades intermunicipais, ou entidade associativa municipal. Já os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são as definidas para as entidades do sector público administrativo.

O Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsector da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas.

Em matéria de consolidação de contas importa sublinhar que o SNC-AP revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como *“Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”*, estabelecendo um conjunto de princípios subjacentes à consolidação de contas. Assim a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades segue o prescrito na NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Um Grupo Público é definido nos termos da NCP1, como um grupo de entidades compreendendo a entidade que controla e uma ou mais entidades controladas.

O artigo 7º do Decreto Lei nº 192/2015, de 11 de setembro – diploma legal que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, estabelece,

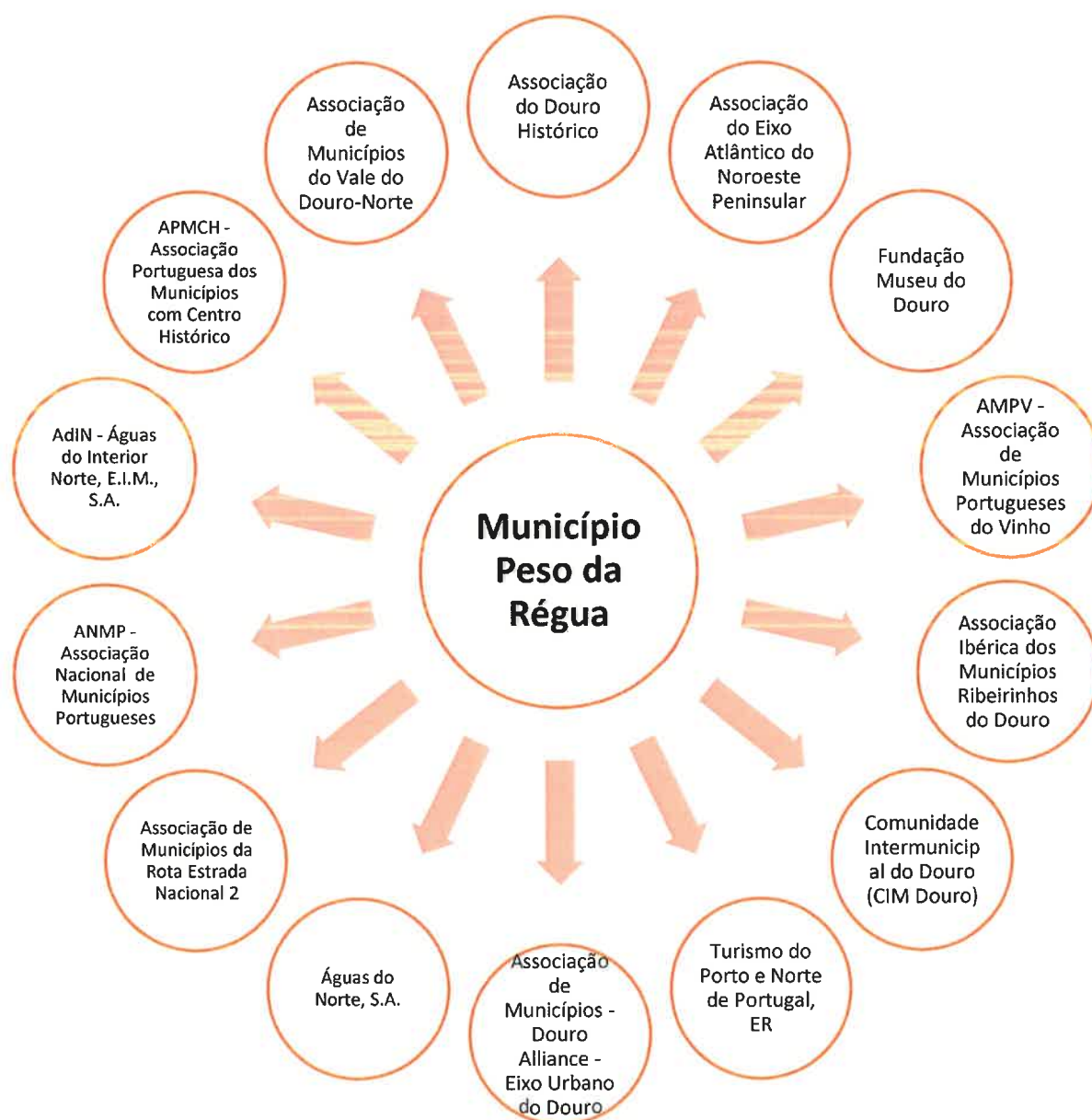
em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP 26);
- Perímetro de natureza financeira (NCP 22).

À luz do nº 7 do art.º 75º e do DL 192/2015 que aprovou o SNC-AP os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço consolidado;
- Demonstração consolidada dos resultados por natureza;
- Demonstração consolidada das alterações do património líquido;
- Mapa de Fluxos de caixa consolidados;
- Anexos às Demonstrações Financeiras consolidadas

II – Grupo Autárquico



III – Entidades Excluídas da Consolidação

Entidade	Sede Social	NIPC	Proporção do Capital Detido			Motivos da Exclusão
			Capital Social (€)	% Participação Detida	Participação Detida (€)	
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa, Nº 52	501627413	1 543 431,42 €	0,01%	154,34 €	Entidades não enquadráveis nos termos dos n.ºs 4 ao 6, do artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Lamego	502131047	86 816,26 €	0,005%	4,67 €	
Associação de Municípios do Vale do Douro-Norte	Av. Carvalho Araújo, N.º 7	502459417	- €	14,29%	- €	
Associação do Douro Histórico	Rua das Eiras	502577916	- €	8,95%	- €	
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	Av. Inferior à Ponte D. Luís I n.º 55	503990698	- €	33,33%	- €	
Fundação Museu do Douro	Rua Marquês de Pombal	507693671	- €	6,89%	- €	
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Rua 16 de Novembro, Torreão do Mercado Municipal do Cartaxo-Apartado 55	508038430	- €	0,00%	- €	
Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro	Ayuntamiento de Laguna del Duero, Plaza Mayor, 1	G09305129	- €	0,10%	- €	
Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM Douro)	Av. Carvalho Araújo, 7	506779200	- €	5,26%	- €	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	Castelo de Santiago da Barra	509905435	- €	1,16%	- €	
Associação de Municípios – Douro Alliance - Eixo Urbano do Douro	Alameda de Grasse, nº 7	509000487	- €	33,33%	- €	
Águas do Norte, S.A.	Avenida Osnabruck, n.º 29	513606084	108 095 467,50 €	0,43%	467 528,00 €	
Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	Rua dos Combatentes, s/n	514051744	- €	3,45%	- €	

IV – Processo de Consolidação de Contas

1 – Princípios Orientadores

De acordo com o disposto na Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação, as entidades que reúnem as condições definidas para apresentação de contas consolidadas, têm de, para além de fazer aprovar as suas contas individuais, apresentar e fazer aprovar as contas consolidadas do conjunto de entidades que constituem o grupo autárquico.

As contas consolidadas, são assim elaboradas tendo por base os princípios da relevância, da materialidade, da fiabilidade, da neutralidade, plenitude e comparabilidade.

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 75.º do RFALEI, devem ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de março, na sua atual redação, integrem o sector

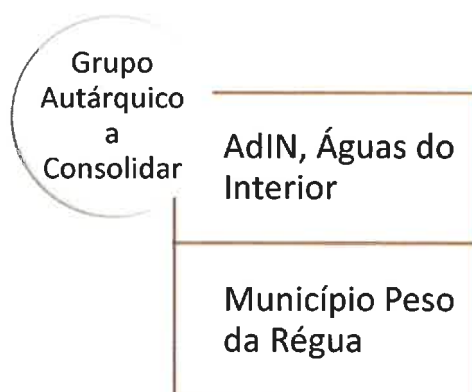
empresarial local, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

Assim, nos termos da NCP 24 Acordos Conjuntos, verifica-se a necessidade de se proceder à consolidação de contas aplicando-se, para o feito, o método de equivalência patrimonial. Este método contabilístico (também designado como método simplificado de consolidação) nos termos do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição da quota-parte dos ativos líquidos da associada ou empreendimento conjunto detidos pela investidora. Os resultados da investidora incluem a sua quota-parte nos resultados da participada e os ativos líquidos da investidora incluem a quota-parte nas alterações nos ativos líquidos da participada que não foram reconhecidas através dos resultados.

2 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Uma vez que a consolidação de contas resulta da necessidade de apresentação de informação económica e financeira útil e relevante da totalidade do Grupo Autárquico, de forma a assegurar opções de gestão cada vez mais eficazes e fornecimento de dados imprescindíveis à organização municipal, torna-se necessário identificar qual o conjunto de entidades que se encontram incluídas no âmbito do perímetro de consolidação.

Nos termos das regras definidas no dispositivo normativo, a entidade que integra o perímetro de consolidação, é a **AdIN – Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A.**



2.1 - AdIN – Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A.

A ÁGUAS DO INTERIOR – NORTE, EM, SA., sedeadada na Avenida Rainha Santa Isabel, N.º 1, 5000-434, freguesia e concelho de Vila Real, foi constituída em 15 de novembro de 2019 ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, pelos Municípios de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre Moncorvo e Vila Real.

A AdIN assume-se como uma empresa local, de natureza intermunicipal, sob a forma de sociedade comercial anónima, de capitais exclusivamente públicos, sendo a totalidade do seu capital detida apenas por entidades públicas. O capital social integralmente realizado em dinheiro e em espécie é de 14 398 050,00€ (catorze milhões, trezentos e noventa e oito mil e cinquenta euros).

A sociedade tem por objeto a exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos Municípios participantes no seu capital social.

Prosseguira o seu objeto, designadamente, através de:

- a) Promoção direta ou indireta da concessão, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de captação, transporte, tratamento, abastecimento, valorização de águas de consumo público e para recolha, tratamento e rejeição dos respetivos efluentes;
- b) Prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade, do mesmo ramo;
- c) Construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria das obras e equipamentos necessários para o desenvolvimento da atividade.

A atividade será exercida mediante celebração de contrato de gestão delegada com as entidades públicas participantes no capital societário.

Poderá, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto, desde que consideradas acessórias ou complementares do mesmo.

Resta referir que o Município Peso da Régua detém **11,95%**, ou seja 5.341.578,51€ do respetivo capital social desta entidade.

V – Demonstrações Orçamentais Consolidadas¹

1 – Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental 2020¹

Período: 01/01/2020 a 31/12/2020					
Rubrica	RECEBIMENTOS	31/12/2020	Rubrica	PAGAMENTOS	31/12/2020
RA01	Saldo de gerência anterior	477 906,72	DA01	Despesa corrente	11 444 902,04
RI01	Operações orçamentais [1]	6 384,05	D1	Despesas com o pessoal	5 345 465,80
RI02	Restituição do saldo oper. orçamentais		D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	4 051 122,44
RI03	Operações de tesouraria [A]	471 522,67	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	119 311,37
	Receita corrente	13 512 242,72	D1.3	Segurança social	1 175 031,99
R1	Receita fiscal	2 691 723,09	D2	Aquisição de bens e serviços	3 889 495,32
R1.1	Impostos diretos	2 520 549,12	D3	Juros e outros encargos	246 844,78
R1.2	Impostos indiretos	171 173,97	D4	Transferências e subsídios correntes	1 622 385,65
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		D4.1	Transferências correntes	1 622 385,65
R3	Taxas, multas e outras penalidades	94 468,76	D4.1.1	Administrações Públicas	220 620,11
R4	Rendimentos de propriedade	614 379,55	D4.1.1.1	Administração Central - Estado português	
R5	Transferências e subsídios correntes	8 885 496,08	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	
R5.1	Transferências correntes	8 885 496,08	D4.1.1.3	Segurança social	143 410,12
R5.1.1	Administrações Públicas	8 885 496,08	D4.1.1.4		
R5.1.1.1	Administração Central - Estado português	8 885 496,08	D4.1.1.5	Administração Local	77 209,99
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	844 543,61
R5.1.1.5	Administração Central - Administração Local		D4.1.3	Famílias	557 221,93
R5.1.2	Exterior - U E		D4.1.4	Outras	
R5.1.3	Outras		D4.2	Subsídios Correntes	
R5.2	Subsídios correntes		D5	Outras despesas correntes	340 710,49
R6	Venda de bens e serviços	640 992,69	DA02	Despesa de capital	2 562 119,65
R7	Outras receitas correntes	585 182,55	D6	Aquisição de bens de capital	2 270 858,95
RA03	Receita de capital	1 292 292,58	D7	Transferências e subsídios de capital	291 260,70
R8	Venda de bens de investimento	175 488,66	D7.1	Transferências de capital	291 260,70
R9	Transferências e subsídios de capital	1 116 803,92	D71.1	Administrações Públicas	280 840,00
R9.1	Transferências de capital	1 116 803,92	D71.1.5	Administração Local	280 840,00
R9.1.1	Administrações Públicas	1 116 803,92	D71.2	Entidades do Setor não Lucrativo	10 420,70
R9.1.1.1	Administração Central - Estado português	1 116 803,92	D71.3	Famílias	
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		D71.4	Outras	
R9.1.3	Outras		D7.2	Subsídios de capital	
R9.2	Subsídios de capital		D8	Outras despesas de capital	
R9.3	Outras				
R10	Outras receitas de capital				
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	29306,44	DA03	Despesa efetiva [5]	14 007 021,69

RA04	Receita efetiva [2]	14833841,74
RA05	Receita não efetiva [3]	1 014 553,50
R12	Receita com ativos financeiros	
R13	Receita com passivos financeiros	1 014 553,50
RA06	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	15 854 779,29
ROTI	Operações de tesouraria [B]	47 163,00

DA04	Despesa não efetiva [6]	1 774 451,40
D9	Despesa com ativos financeiros	9 821,49
D10	Despesa com passivos financeiros	1 764 629,91
DA05	Soma [7] = [5] + [6]	15 781 473,09
DOT1	Operações de tesouraria [C]	103 611,21
DA06	Saldo para a gerência seguinte	488 380,66
DA07	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	73 306,20
DA08	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	415 074,46
DA09	Saldo global [2] - [5]	826 820,05
DA10	Despesa primária	13760176,91
DA11	Saldo corrente	2067340,68
DA12	Saldo de capital	-1269827,07
DA13	Saldo primário	1073664,83
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	15854779,29
DA15	Despesa total [5] + [6]	15781473,09

2 – Demonstração Consolidada do Direitos e Obrigações 2020¹

Período: 01/01/2020 a 31/12/2020					
Rubrica	RECEBIMENTOS	31/12/2020	Rubrica	PAGAMENTOS	31/12/2020
	Receita corrente	13 891 338,02	DA01	Despesa corrente	12 266 144,36
R1	Receita fiscal	2 705 537,51	D1	Despesas com o pessoal	5 463 263,66
R1.1	Impostos diretos	2 521 203,62	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	4 102 717,50
R1.2	Impostos indiretos	184 333,89	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	120 717,43
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		D1.3	Segurança social	1 239 828,73
R3	Taxas, multas e outras penalidades	78 014,91	D2	Aquisição de bens e serviços	4 452 117,40
R4	Rendimentos de propriedade	614 409,55	D3	Juros e outros encargos	261 029,72
R5	Transferências e subsídios correntes	9 019 390,20	D4	Transferências e subsídios correntes	1 717 205,01
R5.1	Transferências correntes	9 019 309,20	D4.1	Transferências correntes	1 622 385,65
R5.1.1	Administrações Públicas	9 019 309,20	D4.1.1	Administrações Públicas	298 936,37
R5.1.1.1	Administração Central - Estado português	9 019 309,20	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		D4.1.1.3	Segurança social	143 410,12
R5.1.1.5	Administração Central - Administração Local		D4.1.1.4	Administração Regional	
R5.1.2	Exterior - U E		D4.1.1.5	Administração Local	155 526,25
R5.1.3	Outras		D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	860 046,71
R5.2	Subsídios correntes		D4.1.3	Famílias	558 221,93
R6	Venda de bens e serviços	649 057,74	D4.1.4	Outras	372 528,57
R7	Outras receitas correntes	824 928,11	D4.2	Subsídios Correntes	
RA03	Receita de capital	2 644 171,04	D5	Outras despesas correntes	340 710,49
R8	Venda de bens de investimento	1 434 338,12	DA02	Despesa de capital	4 989 082,58 €
R9	Transferências e subsídios de capital	1 209 832,92	D6	Aquisição de bens de capital	2 909 799,61 €
R9.1	Transferências de capital	1 209 832,92	D7	Transferências e subsídios de capital	304 831,57 €
R9.1.1	Administrações Públicas	1 209 832,92	D7.1	Transferências de capital	

R9.1.1.1		1 209 832,92	D71.1	Administrações Públicas	304 831,57 €
R9.1.1.2			D71.1.5	Administração Local	285 040,00
R9.1.3	Outras	0,00	D71.2	Entidades do Setor não Lucrativo	19 791,57
R9.2	Subsídios de capital		D71.3	Famílias	
R9.3	Outras		D71.4	Outras	
R10	Outras receitas de capital		D7.2	Subsídios de capital	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	29 307,44	D8	Outras despesas de capital	
RA04	Receita efetiva [1]	16 564 816,50	DA03	Despesa efetiva [4]	17 255 226,94
RA05	Receita não efetiva [2]	1 014 553,50	DA04	Despesa não efetiva [5]	1 774 451,40
R12	Receita com ativos financeiros		D9	Despesa com ativos financeiros	9 821,49
R13	Receita com passivos financeiros	1 014 553,50	D10	Despesa com passivos financeiros	1 764 629,91
RA06	Soma [3] = [1] + [2]	17 579 370,00	DA05	Soma [6] = [4] + [5]	19 029 678,34

¹ As DO's consolidadas apenas traduzem informação contabilística do Município, por não se aplicar a NCP26 à ADIN, EIM, não se incluindo, a mesma, no perímetro de consolidação orçamental.

Não existe termo comparativo face a 2019, considerando que 2020 foi o 1º ano de apresentação de contas consolidadas.

VI - Análise económico-financeiro

O Balanço apresenta a posição do Património do Grupo Consolidado, no momento do encerramento, dividindo-se em Ativo, Património Líquido e Passivo, desenvolvidos, cada um deles, em agrupamentos que representam elementos patrimoniais homogêneos:

- O Ativo reconhece os bens e direitos, assim como os possíveis gastos a reconhecer;
- O Passivo reconhece as obrigações e os rendimentos a reconhecer;
- Património Líquido.

Pela análise do quadro apresentado, verifica-se o apuramento de um resultado líquido consolidado negativo de **-2 174 114,19€**, por força de um RLP das contas individuais do Município, e de um RLE proporcional, da ADIN.

Ativo

Inclui os bens e direitos do Grupo e encontra-se estruturado em três grupos:

- Ativo não Corrente, composto pelos elementos do património do Grupo que apresentam carácter permanente e não destinados a venda – Ativos fixos tangíveis; Ativos intangíveis; Participações financeiras; outros ativos financeiros;
- Ativo Corrente, representa os bens e os direitos cuja realização deve ter lugar no próprio exercício e é composto por: Inventários; Devedores por transferências e subsídios; Clientes, contribuintes e utentes; Estado e Outros Entes Públicos; Outras Contas a Receber; Caixa e Depósitos;

Estrutura Ativo

Ativo	31/12/2020	Peso (%)
Ativos fixos tangíveis	50 295 823,67 €	81,39%
Propriedades de investimento	- €	0,00%
Ativos fixos intangíveis	117 129,33 €	0,19%
Participações Financeiras	8 362 181,51 €	13,53%
Cientes, contribuintes e utentes	- €	0,00%
Outras contas a receber	38 260,75 €	0,06%
Ativo não corrente	58 813 395,26 €	95,17%
Inventários	167 669,66 €	0,27%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	100 646,46 €	0,16%
Cientes, contribuintes e utentes	77 494,17 €	0,13%
Estado e outros entes públicos	413 704,58 €	0,67%
Outras contas a receber	1 732 528,19 €	2,80%
Diferimentos	4 326,54 €	0,01%
Caixa e depósitos bancários	488 380,66 €	0,79%
Ativo corrente	2 984 750,26 €	4,83%
Total do Ativo	61 798 145,52 €	100%

Passivo

O passivo representa as obrigações presentes do Município e provenientes de acontecimentos passados.

Em 2020, a sua estrutura resultou nas seguintes componentes:

- Passivo não corrente (Provisões, Financiamentos obtidos, Fornecedores de investimentos; outras contas a pagar);
- Passivo corrente (Fornecedores; Estado e Outros Entes Públicos; Financiamentos obtidos; Fornecedores de investimentos; Outras contas a pagar; Diferimentos).

Estrutura Passivo

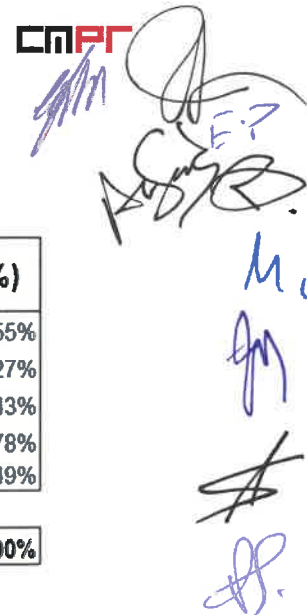
Passivo	31/12/2020	Peso (%)
Provisões	4 185 353,36 €	18,86%
Financiamentos obtidos	10 867 453,70 €	48,98%
Fornecedores de investimento	205 558,32 €	0,93%
Fornecedores	2 178 745,07 €	9,82%
Diferimentos	529 123,28 €	2,38%
Outras contas a pagar	- €	0,00%
Passivo não corrente	17 966 233,73 €	80,97%
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2 091,49 €	0,01%
Fornecedores	1 543 446,92 €	6,96%
Estado e outros entes públicos	54 382,13 €	0,25%
Financiamentos obtidos	933 372,86 €	4,21%
Fornecedores de investimento	382 011,92 €	1,72%
Outras contas a pagar	1 306 269,30 €	5,89%
Diferimentos	- €	0,00%
Passivo corrente	4 221 574,62 €	19,03%
Total do Passivo	22 187 808,35 €	100%

Património Líquido

Traduz a posição financeira do município.

Englobam o património, bem como as reservas e os resultados do município e desagregam-se em:

- Património/Capital;
- Reservas;
- Resultados Transitados,
- Ajustamentos em ativos financeiros;
- Outras variações Património Líquido;
- Resultado Líquido do período.


Estrutura Património Líquido

Património Líquido	31/12/2020	Peso (%)
Património/Capital	59 633 003,68 €	150,55%
Resultados transitados	- 36 944 823,69 €	-93,27%
Ajustamentos em ativo financeiros	962 852,51 €	2,43%
Outras variações no património líquido	18 133 418,86 €	45,78%
Resultado líquido do período	- 2 174 114,19 €	-5,49%
Total do Património Líquido	39 610 337,17 €	100,00%

O Balanço consolidado, reportado ao encerramento do exercício económico, reflete a posição financeira e patrimonial do Município e da ADIN EIM, apresentando, devidamente agrupados e classificados, os ativos, os passivos e os fundos próprios/capital próprio. A posição financeira e patrimonial está refletida pelo justo valor, através da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus leitores/utilizadores para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

Indicadores económico-financeiros:

Indicadores		2020
RENTABILIDADE		
Rentabilidade do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido	-5,49%
Rentabilidade Ativo	Resultado Líquido/Ativo	-3,52%
Rentabilidade Económica	EBITDA/ATIVO	-3,15%
Margem EBITDA	EBITDA/Vendas, Serviços Prestados e impostos e taxas	-46,66%
ESTRUTURA FINANCEIRA		
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo Total	178,52%
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo Total	64,10%
Endividamento	Passivo/Ativo	35,90%
LIQUIDEZ		
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	70,70%
Liquidez Reduzida	Ativo Corrente-Inventários/Passivo Corrente	66,73%
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente	11,57%

VII – Dívida Consolidada

STOCK DA DÍVIDA - Empréstimos Bancários 2020		
Designação	Município Peso Régua	ADIN EIM
Empréstimos bancários - Passivo não corrente	10 867 453,70 €	1 015 295,68 €
Empréstimos bancários - Passivo corrente	933 372,86 €	97 984,99 €
Total	11 800 826,56 €	1 113 280,67 €
Total consolidado	12 914 107,23 €	
STOCK DA DÍVIDA fornecedores e outras		
Designação	Município Peso Régua	ADIN EIM
Fornecedores - corrente	1 925 458,84 €	113 099,37 €
Fornecedores - não corrente	2 384 303,39 €	0,00 €
Estado e outros entes públicos - corrente	54 382,13 €	5 168,44 €
Outras dívidas não corrente	0,00 €	65 347,24 €
Outras dívidas - corrente	1 308 360,79 €	452 495,04 €
total	5 672 505,15 €	636 110,10 €
total consolidado	6 308 615,25 €	

VIII - Demonstrações Financeiras Consolidadas

1 - Balanço Consolidado 2020

Rubricas	Notas	31/12/2020
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	5	50 295 823,67
Ativos intangíveis	3	117 129,33
Participações financeiras	1 e 20	8 362 181,51
Outras contas a receber	9	38 260,75
		58 813 395,26
Ativo corrente		
Inventários	10	167 669,66
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		100 646,46
Clientes, contribuintes e utentes	9	77 494,17
Estado e outros entes públicos		413 704,58
Outras contas a receber		1 732 528,19
Diferimentos		4 326,54
Caixa e depósitos	1	488 380,66
		2 984 750,26
Total do Ativo		61 798 145,52
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património/Capital		59 633 003,68
Resultados transitados		-36 944 823,69
Ajustamentos em ativos financeiros		962 852,51
Outras variações no Património Líquido		18 133 418,86
Resultado líquido do período		-2 174 114,19
Total do Património Líquido		39 610 337,17
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Provisões	15	4 185 353,36
Financiamentos obtidos	7	10 867 453,70
Fornecedores de investimentos		205 558,32
Fornecedores		2 178 745,07
Diferimentos		529 123,28
		17 966 233,73
Passivo corrente		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		2 091,49
Fornecedores		1 543 446,92
Estado e outros entes públicos		54 382,13
Financiamentos obtidos	7	933 372,86
Fornecedores de investimentos		382 011,92
Outras contas a pagar		1 306 269,30
		4 221 574,62
Total do Passivo		22 187 808,35
Total do Património Líquido e Passivo		61 798 145,52

2 - Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas	13 e 14	2 965 063,68
Vendas		233,74
Prestações de serviços e concessões	14	1 212 396,24
Transferências e subsídios correntes obtidos	13	9 001 900,37
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	1	-43 774,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-530 197,18
Fornecimentos e serviços externos		-3 791 328,97
Gastos com pessoal		-5 350 877,71
Transferências e subsídios concedidos		-1 892 701,41
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-4 080,00
Provisões (aumentos/reduções)	15	-22 307,24
Outros rendimentos		1 614 491,93
Outros gastos		-502 922,01
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		2 655 897,44
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3 e 5	-4 605 322,31
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-1 949 424,87
Juros e rendimentos similares obtidos		1 111,16
Juros e gastos similares suportados	7	-225 800,48
Resultado antes de impostos		-2 174 114,19
Imposto sobre o rendimento		0,00
Imposto diferido		0,00
Resultado líquido do período		-2 174 114,19

3 – Demonstração Consolidada das Alterações no Patrimônio Líquido 2020

Patrimônio Líquido atribuído aos detentores do Patrimônio Líquido da entidade que controla														
		Capital/Patrimônio Subscrito	Ações (quintas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de Emissão	Reservas	Resultados Transiêntes	Ajustamentos em outros financeiros	Excedentes de Realização	Outras variações no patrimônio líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	NOTAS	59.633.003,68					42.302.481,47	745.185,74		1.002.310,02	1.943.472,25	21.021.490,22		21.021.490,22
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Ajustamentos de transição de referencial contábilístico							3.623.798,70			17.208.376,69		20.832.175,39		20.832.175,39
Alterações de políticas contábilísticas							98.828,97	-745.185,74				446.356,77		
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de realização														
Excedentes de realização e reservas variáveis														
Transferências e subsídios de capital														
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido							1.635.030,11	962.852,51		-77.287,85	-1.943.472,25	577.142,52		1.154.285,04
Correção de erros materiais														
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.357.657,78	217.686,77	0,00	17.131.108,84	-1.943.472,25	20.762.961,14		20.762.961,14
RESULTADO INTEGRAL											-2.174.114,19	2.174.114,19		2.174.114,19
											4.117.386,44	18.388.846,95		18.388.846,95
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Subscrições de capital/patrimônio														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Subscrições de prêmios de emissão														
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO														
		59.633.003,68	0,00	0,00	0,00	0,00	-36.944.823,69	962.852,51	0,00	18.133.410,85	-2.174.114,19	39.610.337,17	0,00	39.610.337,17

4 - Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa 2020²

Rubricas	Notas	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes		664 035,15 €
Recebimentos de contribuintes		2 656 301,31 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		8 987 740,76 €
Recebimentos de utentes		346 700,81 €
Pagamentos a fornecedores		-4 775 340,85 €
Pagamentos ao pessoal		-5 350 069,30 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-1 909 566,35 €
Pagamentos de prestações sociais		-4 080,00 €
Caixa gerada pelas operações		615 721,53 €
Outros recebimentos/pagamentos		83 587,05 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		699 308,58 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-1 311 030,75 €
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Propriedades de Investimento		613 268,39 €
Recebimentos - Transferências de capital		1 014 559,24 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		316 796,88 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Financiamentos obtidos		1 014 553,50 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento		1 111,16 €
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-1 764 629,91 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-246 844,78 €
Pagamentos - Outras operações de financiamento		-9 821,49 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-1 005 631,52 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		10 473,94 €
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		477 906,72 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		488 380,66 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		477 906,72 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		477 906,72 €
SGA De execução orçamental		6 384,05 €
SGA De operações de tesouraria		471 522,67 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1	488 380,66 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		488 380,66 €
SGS De execução orçamental		73 306,20 €
SGS De operações de tesouraria		415 074,46 €

² Não sofrem alterações, face aos mapas divulgados na conta individual.

5 - Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Introdução

No presente Capítulo apresentam-se notas para apoiar a preparação das divulgações previstas no “*Modelo de notas explicativas (anexo) às demonstrações financeiras*” constantes da NCP – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, conforme definido no Decreto-lei 192/2015 de 11 de setembro, que aprova o SNC-AP dando especial ênfase às divulgações que podem tomar a forma de quadros normalizados para facilitar a divulgação sistematizada da informação complementar exigida.

Os quadros e explicações que a seguir se apresentam não prejudicam, nem substituem, qualquer outra informação que uma entidade deva fazer em relação às notas aqui indicadas e a outras que sejam aplicáveis à entidade nos termos previstos no Modelo acima referido.

As divulgações são efetuadas em função da materialidade das quantias envolvidas e da importância dos assuntos a relatar.

As divulgações a fazer no Anexo devem ser claras, objetivas e concisas, já que informação pouco clara, não objetiva ou imprecisa e em excesso, pode comprometer uma das características fundamentais da informação financeira que é a compreensibilidade.

As notas não incluídas neste anexo não são aplicáveis a este consolidado, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Nota 1 — Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1. A informação relativa à entidade, o período de relato e o referencial contabilístico adotado na preparação das demonstrações financeiras encontra-se no Anexo I e o organograma no Anexo II.

1.2. As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para entidade, com exceção do requisito da NCP

26 quanto à alteração permutativa em rubricas do orçamento da receita que apresentam execução superior a 100% do seu valor previsto, tendo em conta que, no momento da elaboração do orçamento foram aplicadas as regras previsionais exigíveis pelo POCAL, designadamente o apuramento da média aritmética da cobrança nos últimos 24 meses que antecederam a elaboração do orçamento.

1.3. Entidades incluídas no perímetro de consolidação:

- Entidade consolidante: Município Peso da Régua
- Entidade consolidada: Águas do Interior Norte, E.I.M., SA

1.4. Entidades excluídas do perímetro de consolidação

Entidade	Sede Social	NIPC	Proporção do Capital Detido			Motivos da Exclusão
			Capital Social (€)	% Participação Detida	Participação Detida (€)	
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Mamoco e Sousa, N.º 52	501627413	1 543 431,42 €	0,01%	154,34 €	Entidades não enquadráveis nos termos dos n.ºs 4 ao 6, do artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Lamego	502131047	96 816,26 €	0,005%	4,67 €	
Associação de Municípios do Vale do Douro-Norte	Av. Carvalho Araújo, N.º 7	502459417	- €	14,29%	- €	
Associação do Douro Histórico	Rua das Eiras	502577916	- €	8,95%	- €	
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	Av. Inferior à Ponte D. Luís I n.º 55	503990698	- €	33,33%	- €	
Fundação Museu do Douro	Rua Marquês de Pombal	507983671	- €	8,89%	- €	
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Rua 18 de Novembro, Torreão do Mercado Municipal do Cartaxo-Apartado 55	508038430	- €	0,00%	- €	
Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro	Ayuntamiento de Laguna del Duero, Plaza Mayor, 1	G06305129	- €	0,10%	- €	
Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM Douro)	Av. Carvalho Araújo, 7	508779200	- €	5,28%	- €	
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	Castelo de Santiago da Barra	508905435	- €	1,16%	- €	
Associação de Municípios – Douro Alliance - Eixo Urbano do Douro	Alameda de Grasse, n.º 7	509000487	- €	33,33%	- €	
Águas do Norte, S.A.	Avenida Osnabruck, n.º 28	513606084	106 095 467,50 €	0,43%	467 528,00 €	
Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2	Rua dos Combatentes, s/n	514051744	- €	3,45%	- €	

1.5. Informações de procedimentos de consolidação:

O método de consolidação adotado pelo Município foi o método de equivalência patrimonial, que consiste em substituir no balanço da entidade consolidante o valor contábilístico das partes de capital por ela detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das entidades participadas, adotando-se para efeitos de aplicação deste método, o previsto na NCP 23 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos e na NCP 24 – Acordos conjuntos do SNC-AP.

Ajustamento de consolidação

Descrição	AdIN, E.I.M., SA	%
Capitais próprios a 31.12.2020	44.699.401,72 €	
Parte de Capital do Município	5.341.578,51 €	11,95%
Valor inscrito	4.422.500,00 €	
Ajustamento MEP	919.078,51 €	

Reconhecimento da proporção do Resultado líquido

Descrição	AdIN, E.I.M., SA	%
Resultado Líquido de 2020	- 366.309,64 €	
Quota-parte do Resultado Líquido	- 43.774,00 €	11,95%

1.6. De seguida, apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.**Quadro I - DESAGREGAÇÃO DE CAIXA E DEPÓSITOS**

Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do tribunal de Contas

Conta	2020
Caixa	2.516,97 €
Depósitos à ordem	
Depósitos bancários à Ordem	57.169,86 €
Outros Depósitos	
Depósitos a prazo	

Depósitos consignados	
Depósitos de garantias e cauções	428.693,83 €
Total de caixa e depósitos	488.380,66 €

Nota 2 — Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o SNC-AP, aprovado pelo DL 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das NCP's.

O ano de 2020 foi o 1º ano de apresentação das contas consolidadas do Grupo Público Municipal, pelo que não existem os respetivos comparativos nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.1. Derrogações de políticas contabilísticas

Não obstante o Município ter aplicado, na generalidade, o SNC-AP, não foi possível dar cumprimento às seguintes normas / situações, verificando as seguintes derrogações ao normativo SNC-AP:

(i) Conforme o disposto no #93 e #94 da Estrutura Concetual do SNC-AP, para reconhecer um ativo fixo tangível, nomeadamente imóveis, não basta que o Município seja proprietário legal do imóvel. O Município terá de ter em consideração o controlo que detém sobre os mesmos, o qual implica o seu potencial de serviço (capacidade de uso) ou benefícios económicos. Ou seja, no atual normativo contabilístico o que releva é o controlo e não a propriedade / titularidade. Neste contexto, não foi possível ao Município terminar esta avaliação sobre o controlo, de forma a reconhecer nas suas DF's apenas os ativos que controla, nem proceder à mensuração dos bens que apresentavam valor zero em normativo POCAL, pelo que foi derogada esta disposição legal. Atendendo à dimensão, à não disponibilidade da informação suficiente de entidades externas, aos constrangimentos do primeiro ano de aplicação do SNC-AP, às consequências resultantes da pandemia do COVID-19, com colaboradores ausentes em teletrabalho, e ainda à ausência de critérios objetivos para definir se o Município detém o controlo de

um bem, não foi possível terminar a avaliação sobre o controlo dos Ativos Fixos Tangíveis.

(ii) Como o critério em SNC-AP é o critério económico (e não uma percentagem do período de mora previsto no POCAL), deveria ter sido efetuado um ajustamento de transição relativo ao valor das perdas de imparidade devidas pelas dívidas de cobrança duvidosa que existiam em 31.12.2019, o que não se verificou, pelo que foi derogada esta disposição legal.

Ativos fixos tangíveis

Todos os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo. As reclassificações efetuadas tiveram por base o CC2.

Ativos Intangíveis

Todos os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo.

Participações financeiras:

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo.

Nos termos NCP23, foi efetuada a anulação da aplicação do método de equivalência patrimonial relativamente à participação financeira nas Águas do Norte, S.A. detida pelo município com percentagem inferior a 20%

Depreciações e Amortizações:

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, utilizando o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência que consta no CC2.

Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzindo das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários:

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição, sendo que o sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Nota 3 – Ativos intangíveis

Em 2020, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes.

3.1. Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Quadro 3.1 – Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas
Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do tribunal de Contas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas em 31/12/2020 (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento								
Programas de computador e sistemas de informação Propriedade industrial e intelectual	395.659,34 €	356.001,84 €		39.657,50 €	395.659,34 €	375.772,79 €		19.886,55 €
Outros	152.322,78 €	55.080,00 €		97.242,78 €	152.322,78 €	55.080,00 €		97.242,78 €
Ativos intangíveis em curso								
TOTAL	547.982,12 €	411.081,84 €	- €	136.900,28 €	547.982,12 €	430.852,79 €	- €	117.129,33 €

3.2. Quantia escriturada e variações do período.

Quadro 3.2 – Quantidade escriturada e variações do período
Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do tribunal de Contas

Designação	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições
Ativos Intangíveis									
Ativos intangíveis de domínio público,									
Goodwill									
Projetos de desenvolvimento									
Programas de computador e sistemas	39.657,50 €						19.770,95 €		19.886,55 €
Propriedade industrial e intelectual									
Outros	97.242,78 €								97.242,78 €
Ativos intangíveis em curso									
	136.900,28 €						19.770,95 €		117.129,33 €

3.3. Adições.

Não houve adições em 2020.

Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

Para dar cumprimento aos requisitos dos pontos 4.1 e 4.2 em geral, o Município elaborou o quadro que a seguir se apresenta, sendo que no que diz respeito à EDP, apenas se registam recebimentos e não pagamentos, pela concessionária:

Quadro 4 - Acordos de concessão de serviços

Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do tribunal de Contas

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anterior	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade em baixa tensão	EDP - Distribuição de Energia, S.ª						

Uma vez que o município não possui poderes para definir os preços ao utilizador, entende que os acordos com a EDP não cumprem a NCP4.

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo, o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método de quotas constantes (ou linha reta) para calcular as depreciações.

Em 2020, os movimentos ocorridos na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se nos seguintes quadros:

5.1. Variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Quadro 5.1. - Variações das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do tribunal de Contas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	899.176,77 €			899.176,77 €	899.176,77 €			899.176,77 €
Edifícios e outras construções	6.050.266,31 €	4.442.191,39 €		1.608.074,92 €	6.050.266,31 €	4.598.726,24 €		1.451.540,07 €
Infraestruturas	51.763.800,58 €	39.392.174,37 €		12.371.626,21 €	51.981.755,69 €	42.167.140,49 €		9.814.615,20 €
Património histórico, artístico e cultural	90.872,60 €			90.872,60 €	90.872,60 €			90.872,60 €
Outros	- €			- €	- €			- €
Bens de domínio público em curso								
	58.804.116,26 €	43.834.365,76 €	- €	14.969.750,50 €	59.022.071,37 €	46.765.866,73 €	- €	12.256.204,64 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	8.572.435,73 €			8.572.435,73 €	8.572.435,73 €			8.572.435,73 €
Edifícios e outras construções	38.990.753,13 €	10.570.306,48 €		28.420.446,65 €	39.005.235,10 €	11.433.500,08 €		27.571.735,02 €
Equipamento básico	2.370.019,04 €	1.848.559,77 €		521.459,27 €	2.429.321,09 €	2.555.863,23 €		126.542,14 €
Equipamento de transporte	1.563.366,37 €	1.449.811,92 €		113.554,45 €	1.588.950,37 €	1.483.697,78 €		105.252,59 €
Equipamento administrativo	665.858,23 €	482.674,99 €		183.183,24 €	676.159,11 €	498.628,09 €		177.531,02 €
Equipamentos biológicos				- €				- €
Outros	781.028,31 €	653.291,83 €		127.736,48 €	794.251,59 €	676.015,88 €		118.235,71 €
Ativos fixos tangíveis em curso	727.442,22 €			727.442,22 €	1.621.031,10 €			1.621.031,10 €
	53.670.903,03 €	15.004.644,99 €	- €	38.666.258,04 €	54.687.384,09 €	16.647.765,06 €	- €	38.039.619,03 €
TOTAL	112.475.019,29 €	58.839.010,75 €	- €	53.636.008,54 €	113.709.455,46 €	63.413.631,79 €	- €	50.295.823,67 €

5.2. Quantia escriturada e variações do período

Quadro 5.2. - Quantia escriturada e variações do período

Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do tribunal de Contas

Ativos Fixos Tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações no período								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico,	14.969.750,50 €	217.955,11 €								12.256.204,64 €
Terrenos e recursos naturais	899.176,77 €									899.176,77 €
Edifícios e outras construções	1.608.074,92 €						156.534,85 €			1.451.540,07 €
Infraestruturas	12.371.626,21 €	217.955,11 €					2.774.966,12 €			9.814.615,20 €
Património histórico, artístico e cultural	90.872,60 €									90.872,60 €
Outros										
Bens de domínio público em curso										
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Infraestruturas										
Património histórico, artístico e cultural										
Ativos fixos em concessão em curso										
Outros ativos fixos tangíveis	38.666.258,04 €	1.016.481,06 €								38.039.619,03 €
Terrenos e recursos naturais	8.572.435,73 €									8.572.435,73 €
Edifícios e outras construções	28.420.446,65 €	1.975,03 €	-12.506,94 €				863.253,60 €			27.571.675,02 €
Equipamento básico	521.459,27 €	59.302,05 €	-10.930,32 €				718.233,78 €			-126.542,14 €
Equipamento de transporte	113.554,45 €	25.584,00 €					33.885,86 €			105.252,59 €
Equipamento administrativo	183.183,24 €	10.300,88 €	11.897,03 €				27.850,13 €			177.531,02 €
Equipamentos biológicos										
Outros	177.736,48 €	13.223,28 €	-11.897,03 €				10.827,02 €			118.735,71 €
Ativos fixos tangíveis em curso	727.442,22 €	906.095,82 €	12.506,94 €							1.621.031,10 €
TOTAL	53.636.008,54 €	1.234.436,17 €					4.585.551,36 €			50.295.823,67 €

Quadro 5.2 A - Adições

Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do tribunal de Contas

Ativos Fixos Tangíveis	Adições										Total
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do estado	Doação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural		217.955,11 €									217.955,11 €
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas		217.955,11 €									217.955,11 €
Património histórico, artístico e cultural											
Outros											
Bens de domínio público em curso											
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções											
Infraestruturas											
Património histórico, artístico e cultural											
Ativos fixos em concessão em curso											
Outros ativos fixos tangíveis		1.016.481,06 €									1.016.481,06 €
Terrenos e recursos naturais											
Edifícios e outras construções		1.975,03 €									1.975,03 €
Equipamento básico		59.302,05 €									59.302,05 €
Equipamento de transporte		25.584,00 €									25.584,00 €
Equipamento administrativo		10.300,88 €									10.300,88 €
Equipamentos biológicos											
Outros		13.223,28 €									13.223,28 €
Ativos fixos tangíveis em curso		906.095,82 €									906.095,82 €
TOTAL		1.234.436,17 €									

Nota 6 – Locações

6.2. Locações operacionais – Locatários

Nos casos em que, por aplicação dos requisitos previstos na NCP 6, o contrato de locação seja classificado como locação operacional e a entidade pública esteja na condição de locatário, para dar cumprimento aos requisitos do ponto 6.2, deve divulgar a informação constante do Quadro 6.2.

Quadro 6.2 - Locações Operacionais - Locatário

Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do tribunal de Contas

Bens Locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Impressoras/Fotocopiadora	92.133,40 €	29.462,51 €		29.462,51 €						
Total	92.133,40 €	29.462,51 €	0,00 €	29.462,51 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

Em 31 de dezembro de 2020 o detalhe da rubrica de financiamento obtido, decomposto em corrente e não corrente, é o seguinte:

Designação	31/12/2020
Empréstimos bancários	
Passivo corrente	933.372,86 €
Passivo não corrente	10.867.453,70 €
Total	11.800.827 €

Os custos dos empréstimos obtidos são registados em gastos pelo custo.

Nota 9 – Imparidade de Ativos

Segue-se a informação sobre a quantia recuperável dos ativos:

Quadro 9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do tribunal de Contas

Ativo	Natureza	Quantia Bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Clientes, contribuintes e utentes		169.476,05 €	159.759,54 €	9.716,51 €
Outros devedores		223.472,68 €	185.211,93 €	38.260,75 €
Total		392.948,73 €	344.971,47 €	47.977,26 €

Nota 10 – Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adequados durante o ano de 2020 – custo médio ponderado.

As divulgações exigidas no ponto 10.1 do Anexo podem ser resumidas nos Quadros 10.1 e 10.2 seguintes:

Quadro 10.1 - Inventários

Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do tribunal de Contas

Rubricas	Quantia Bruta	Imparidade Acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	167.669,66 €	0,00 €	167.669,66 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	167.669,66 €	0,00 €	167.669,66 €

Quadro 10.2 - Inventários: movimento do período

Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do tribunal de Contas

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gestos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	98.253,50 €	604.688,01 €	530.197,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6.097,41 €	1.022,74 €	167.669,66 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	98.253,50 €	604.688,01 €	530.197,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6.097,41 €	1.022,74 €	167.669,66 €

Nota 13 – Rendimento de transações com contraprestação

Nos termos da NCP13, os rendimentos com contraprestação são aqueles em que o Município recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos e dá em troca à outra parte um valor aproximadamente igual, que pode ser na forma de bens, serviços ou uso de ativos.

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Quadro 13 - Rendimentos com contraprestação

Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do tribunal de Contas

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas específicas das autarquias locais	305.605,54 €				
Vendas					
Água	233,74 €				
Prestação de serviços					
Resíduos sólidos	197.122,22 €				
Saneamento	75.406,90 €				
Cemitérios	13.293,12 €				
Transportes escolares	36.383,20 €				
Serviços sociais, recreativos, culturais e de desporto	84.478,11 €				
Trabalhos por conta de particulares	1.476,51 €				
Outros	49.317,87 €				
Alienações					
Alienações de ativos fixos tangíveis					
Rendas/Concessões					
Energia elétrica (EDP)	613.298,39 €				
Habitacões	43.702,96 €				
Mercados e feiras					
Outras					
Rendas de edifícios e outras construções	97.916,96 €				
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Outros Rendimentos e Ganhos	331.312,80 €				
Ganhos em Inventários	1.022,74 €				
Ganhos em Entidades Participadas					
Outros	1.111,16 €				
TOTAL	1.851.682,22 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	

Nota 14 — Rendimento de transações sem contraprestação

Para dar cumprimento ao exigido nas notas 14.1 a 14.3 do anexo, e para além da informação já proporcionada diretamente nas demonstrações financeiras, pode ser preparado o seguinte quadro:

Quadro 14 - Rendimentos sem contraprestação

Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do tribunal de Contas

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamento s recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama	207.372,99 €				
Imposto municipal sobre imóveis	1.431.314,09 €				
Imposto único de circulação	375.260,31 €				
Impostos indiretos					
Mercados e feiras	56.340,25 €				
Loteamentos e obras	27.380,32 €				
Ocupação da via pública	77.956,22 €				
Publicidade	18.185,87 €				
Taxa municipal de direitos de passagem					
Taxa de depósito da ficha técnica de habitação					
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	462.511,36 €				
Outros	3.136,73 €				
Taxas, multas e outras penalidades					
Multas e outras penalidades					
Outras multas e penalidades					
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Participação IRS	442.820,00 €				
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5.849.494,00 €				
Fundo Social Municipal	379.152,00 €				
Contrato Interadministrativo educação					
Projetos co-financiados					
Outros	2.330.434,37 €				
Outros Rendimentos					
Outros	453.199,32 €				
Reversões					
De perdas por imparidade					
De provisões					
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	828.957,07 €				
TOTAL	12.943.514,90 €	- €	- €	- €	- €

Nota 15 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As divulgações previstas na nota 15.1 podem resumir-se no Quadro 15.1 seguinte:

Quadro 15 - Provisões

Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do tribunal de Contas

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial (1)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (10)=[1]+(5)-(9)
		Reforços (2)	Aumentos da quantia descontada (3)	Outros aumentos (4)	Total aumentos (5)=(2)+(3)+(4)	Utilizações (6)	Reversões (7)	Outras diminuições (8)	Total diminuições (9)=(6)+(7)+(8)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	4.185.353,36 €									4.185.353,36 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	4.185.353,36 €									4.185.353,36 €

Nota 20 — Divulgações de partes relacionadas

Nos quadros seguintes, indica-se o controlo do Município do Peso da Régua nas suas participadas e as transações entre partes relacionadas.

EP
P

Quadro 20.1 - Entidades Controladas

Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do tribunal de Contas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Morada	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
Águas do Norte S.A.	Sociedade Anónima	Vila Real	108.095.468 €	464.811 €	0,42%		0,42%
Águas do Interior Norte, EIM, SA	Empresa Intermunicipal	Vila Real	30.398.050 €	3.631.969 €	11,95%		11,95%

Quadro 20.2 - Outras Entidades

Anexo A.1 - Instrução 1/2019 do tribunal de Contas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Capital Social	Participação	Contribuição em 2020
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico (APMCH)	Associação de Municípios	- €	0,06%	357,00 €
Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)	Associação de Municípios de direito privado	1.965.144,17 €	0,01%	1.096,05 €
Turismo do Porto e Norte de Portugal – PORTO E NORTE	Entidade Regional	1.118.802,37 €	1,16%	- €
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Associação	- €	0,01%	2.000,00 €
Associação de Municípios do Vale do Douro Norte	Associação de Municípios	1.996.077,39 €	14,29%	- €
Associação do Douro Histórico	Associação	25.188,00 €	8,95%	- €
Associação Douro Alliance-Eixo Urbano do Douro	Associação	45.000,00 €	33,33%	10.000,00 €
Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos do Douro	Associação de Municípios sem fins lucrativos	- €	0,04%	- €
Fundação Museu do Douro	Fundação sem fins lucrativos-com U.P.	1.075.034,20 €	6,90%	75.000,00 €
Associação de municípios da Rota da Estrada Nacional 2	Associação de Municípios de direito público	- €	3,45%	- €
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	Associação	- €	33,33%	- €
Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM Douro)	Associação de Municípios de Fins Múltiplos	- €	5,26%	15.546,70 €

Nota 23 — Outras Divulgações

- (i) *Relativamente à contabilidade de gestão, no Município do Peso da Régua ainda se encontra em fase de implementação, sendo que a informação que é possível obter da Contabilidade de Gestão é o balancete por analítica, pelo que não nos permite ainda apresentar no relatório de gestão de 2020 o previsto §34 da NCP 27.*
- (ii) *Não foram reconhecidos os trabalhos para a própria entidade, pois as condições atuais não permitiram efetuar o seu apuramento.*
- (iii) *Uma vez que a entidade participada não faz parte do perímetro de consolidação orçamental do Município de Peso da Régua, os documentos orçamentais referem-se somente ao Município.*

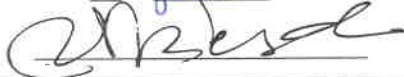
Município Peso da Régua

Balanço Consolidado 2020

Rubricas	Notas	31/12/2020
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	5	50 295 823,67
Ativos intangíveis	3	117 129,33
Participações financeiras	1 e 20	8 362 181,51
Outras contas a receber	9	38 260,75
		58 813 395,26
Ativo corrente		
Inventários	10	167 669,66
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		100 646,46
Clientes, contribuintes e utentes	9	77 494,17
Estado e outros entes públicos		413 704,58
Outras contas a receber		1 732 528,19
Diferimentos		4 326,54
Caixa e depósitos	1	488 380,66
		2 984 750,26
Total do Ativo		61 798 145,52
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património/Capital		59 633 003,68
Resultados transitados		-36 944 823,69
Ajustamentos em ativos financeiros		962 852,51
Outras variações no Património Líquido		18 133 418,86
Resultado líquido do período		-2 174 114,19
Total do Património Líquido		39 610 337,17
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Provisões	15	4 185 353,36
Financiamentos obtidos	7	10 867 453,70
Fornecedores de investimentos		205 558,32
Fornecedores		2 178 745,07
Diferimentos		529 123,28
		17 966 233,73
Passivo corrente		
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		2 091,49
Fornecedores		1 543 446,92
Estado e outros entes públicos		54 382,13
Financiamentos obtidos	7	933 372,86
Fornecedores de investimentos		382 011,92
Outras contas a pagar		1 306 269,30
		4 221 574,62
Total do Passivo		22 187 808,35
Total do Património Líquido e Passivo		61 798 145,52

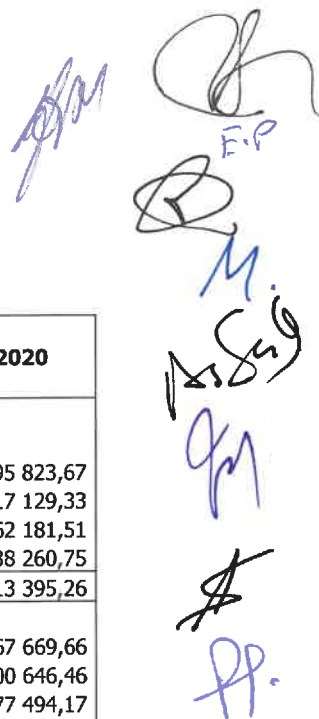
ORGÃO EXECUTIVO

Em 15 de junho de 2022



ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de _____ de 2022



Município Peso da Régua

Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada 2020

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas	13 e 14	2 965 063,68
Vendas		233,74
Prestações de serviços e concessões	14	1 212 396,24
Transferências e subsídios correntes obtidos	13	9 001 900,37
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	1	-43 774,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-530 197,18
Fornecimentos e serviços externos		-3 791 328,97
Gastos com pessoal		-5 350 877,71
Transferências e subsídios concedidos		-1 892 701,41
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-4 080,00
Provisões (aumentos/reduções)	15	-22 307,24
Outros rendimentos		1 614 491,93
Outros gastos		-502 922,01
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		2 655 897,44
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3 e 5	-4 605 322,31
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-1 949 424,87
Juros e rendimentos similares obtidos		1 111,16
Juros e gastos similares suportados	7	-225 800,48
Resultado antes de impostos		-2 174 114,19
Imposto sobre o rendimento		0,00
Imposto diferido		0,00
Resultado líquido do período		-2 174 114,19

ORGÃO EXECUTIVO

Em 15 de junho de 2022

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de 2022

Município Peso da Régua

Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido 2020

Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla													
	Capital/Património Subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de Emissão	Reservas	Resultados Transfidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do Património Líquido
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	NOTAS	69 633 003,68				-42 302 481,47	745 185,74		1 002 310,02	1 943 472,25	21 021 490,22		21 021 490,22
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico						3 623 198,70			17 208 376,69		20 832 175,39		20 832 175,39
Alterações de políticas contabilísticas						98 828,97	-745 185,74				-646 356,77		
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização													
Excedentes de revalorização e respetivas variações													
Transferências e subsídios de capital													
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido						1 635 030,11	962 852,51		-77 267,85	-1 943 472,25	577 142,52		1 154 285,04
Correção de erros materiais													
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	0,00	5 357 657,78	217 686,77	0,00	17 131 108,84	-1 943 472,25	20 762 961,14		20 762 961,14
RESULTADO INTEGRAL										-2 774 114,19	2 774 114,19		2 774 114,19
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO													
Subscrições de capital/património													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
Subscrições de prémios de emissão													
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO		59 633 003,68	0,00	0,00	0,00	-36 944 823,69	962 852,51	0,00	18 133 418,86	-2 774 114,19	39 610 337,17	0,00	39 610 337,17

ORGÃO EXECUTIVO

Em 15 de Junho de 2022

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de 2022

Município Peso da Régua

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada 2020

Rubricas	Notas	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes		664 035,15 €
Recebimentos de contribuintes		2 656 301,31 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		8 987 740,76 €
Recebimentos de utentes		346 700,81 €
Pagamentos a fornecedores		-4 775 340,85 €
Pagamentos ao pessoal		-5 350 069,30 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-1 909 566,35 €
Pagamentos de prestações sociais		-4 080,00 €
Caixa gerada pelas operações		615 721,53 €
Outros recebimentos/pagamentos		83 587,05 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		699 308,58 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-1 311 030,75 €
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Propriedades de Investimento		613 268,39 €
Recebimentos - Transferências de capital		1 014 559,24 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		316 796,88 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Recebimentos - Financiamentos obtidos		1 014 553,50 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento		1 111,16 €
Pagamentos respeitantes a:		
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-1 764 629,91 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-246 844,78 €
Pagamentos - Outras operações de financiamento		-9 821,49 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-1 005 631,52 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		10 473,94 €
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		477 906,72 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		488 380,66 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		477 906,72 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		477 906,72 €
SGA De execução orçamental		6 384,05 €
SGA De operações de tesouraria		471 522,67 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1	488 380,66 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		488 380,66 €
SGS De execução orçamental		73 306,20 €
SGS De operações de tesouraria		415 074,46 €

ORGÃO EXECUTIVO

Em 15 de Junho de 2022

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de 2022

Município Peso da Régua

Demonstração Consolidada de Desempenho Orçamental 2020

01/01/2020 a 31/12/2020				
Rubrica	RECEBIMENTOS	31/12/2020	Rubrica	PAGAMENTOS
RA01	Saldo de gerência anterior	477 906,72	DA01	Despesa corrente
RI01	Operações orçamentais [1]	6 384,05	D1	Despesas com o pessoal
RI02	Restituição do saldo oper. orçamentais		D1.1	Remunerações Certas e Permanentes
RI03	Operações de tesouraria [A]	471 522,67	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais
	Recêita corrente	13 512 242,72	D1.3	Segurança social
R1	Receita fiscal	2 691 723,09	D2	Aquisição de bens e serviços
R1.1	Impostos diretos	2 520 549,12	D3	Juros e outros encargos
R1.2	Impostos indiretos	171 173,97	D4	Transferências e subsídios correntes
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		D4.1	Transferências correntes
R3	Taxas, multas e outras penalidades	94 468,76	D4.1.1	Administrações Públicas
R4	Rendimentos de propriedade	614 379,55	D4.1.1.1	Administração Central - Estado português
R5	Transferências e subsídios correntes	8 885 496,08	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades
R5.1	Transferências correntes	8 885 496,08	D4.1.1.3	Segurança social
R5.1.1	Administrações Públicas	8 885 496,08	D4.1.1.4	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado português	8 885 496,08	D4.1.1.5	Administração Local
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo
R5.1.1.5	Administração Central - Administração Local		D4.1.3	Famílias
R5.1.2	Exterior - U E		D4.1.4	Outras
R5.1.3	Outras		D4.2	Subsídios Correntes
R5.2	Subsídios correntes		D5	Outras despesas correntes
R6	Venda de bens e serviços	640 992,69		
R7	Outras receitas correntes	585 182,55	DA02	Despesa de capital
RA03	Recêita de capital	1 292 292,58	D6	Aquisição de bens de capital







R8	Venda de bens de investimento	175 488,66
R9	Transferências e subsídios de capital	1 116 803,92
R9.1	Transferências de capital	1 116 803,92
R9.1.1	Administrações Públicas	1 116 803,92
R9.1.1.1	Administração Central - Estado português	1 116 803,92
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	
R9.1.3	Outras	
R9.2	Subsídios de capital	
R9.3	Outras	
R10	Outras receitas de capital	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	29306,44
RA04	Receita efetiva [2]	14833841,74
RA05	Receita não efetiva [3]	1 014 553,50
R12	Receita com ativos financeiros	
R13	Receita com passivos financeiros	1 014 553,50
RA06	Soma [4] = [1] + [2] + [3]	15 854 779,29
ROTI	Operações de tesouraria [B]	47 163,00

D7	Transferências e subsídios de capital	291 260,70
D7.1	Transferências de capital	291 260,70
D7.1.1	Administrações Públicas	280 840,00
D7.1.1.5	Administração Local	280 840,00
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	10 420,70
D7.1.3	Famílias	
D7.1.4	Outras	
D7.2	Subsídios de capital	
D8	Outras despesas de capital	
DA03	Despesa efetiva [5]	14 007 021,69
DA04	Despesa não efetiva [6]	1 774 451,40
D9	Despesa com ativos financeiros	9 821,49
D10	Despesa com passivos financeiros	1 764 629,91
DA05	Soma [7] = [5] + [6]	15 781 473,09
DOT1	Operações de tesouraria [C]	103 611,21
DA06	Saldo para a gerência seguinte	488 380,66
DA07	Operações orçamentais [8] = [4] - [7]	73 306,20
DA08	Operações de tesouraria [D] = [A] + [B] - [C]	415 074,46
DA09	Saldo global [2] - [5]	826 820,05
DA10	Despesa primária	13760176,91
DA11	Saldo corrente	2067340,68
DA12	Saldo de capital	-1269827,07
DA13	Saldo primário	1073664,83
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	15854779,29
DA15	Despesa total [5] + [6]	15781473,09

ORGÃO EXECUTIVO

Em 15 de junho de 2022

[Assinatura]

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de 2022

[Assinatura]

[Assinaturas e rubricas adicionais]

Município Peso da Régua

Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza 2020

01/01/2020 a 31/12/2020					
Rubrica	RECEBIMENTOS	31/12/2020	Rubrica	PAGAMENTOS	31/12/2020
R1	Receita corrente	13 891 338,02	DA01	Despesa corrente	12 266 144,36
R1.1	Receita fiscal	2 705 537,51	D1	Despesas com o pessoal	5 463 263,66
R1.1.1	Impostos diretos	2 521 203,62	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	4 102 717,50
R1.1.2	Impostos indiretos	184 333,89	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	120 717,43
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		D1.3	Segurança social	1 239 828,73
R3	Taxas, multas e outras penalidades	78 014,91	D2	Aquisição de bens e serviços	4 452 117,40
R4	Rendimentos de propriedade	614 409,55	D3	Juros e outros encargos	261 029,72
R5	Transferências e subsídios correntes	9 019 390,20	D4	Transferências e subsídios correntes	1 717 205,01
R5.1	Transferências correntes	9 019 309,20	D4.1	Transferências correntes	1 622 385,65
R5.1.1	Administrações Públicas	9 019 309,20	D4.1.1	Administrações Públicas	298 936,37
R5.1.1.1	Administração Central - Estado português	9 019 309,20	D4.1.1.1	Administração Central - Outras entidades	143 410,12
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		D4.1.1.2	Segurança social	
R5.1.1.5	Administração Central - Administração Local		D4.1.1.3	Administração Regional	
R5.1.2	Exterior - U E		D4.1.1.4	Administração Local	155 526,25
R5.1.3	Outras		D4.1.1.5	Entidades do Setor Não Lucrativo	860 046,71
R5.2	Subsídios correntes		D4.1.2	Famílias	558 221,93
R6	Venda de bens e serviços	649 057,74	D4.1.3	Outras	372 528,57
R7	Outras receitas correntes	824 928,11	D4.1.4	Subsídios Correntes	
RA03	Receita de capital	2 644 171,04	D5	Outras despesas correntes	340 710,49
R8	Venda de bens de investimento	1 434 338,12	DA02	Despesa de capital	4 989 082,58 €
R9	Transferências e subsídios de capital	1 209 832,92	D6	Aquisição de bens de capital	2 909 799,61 €
R9.1	Transferências de capital	1 209 832,92	D7	Transferências e subsídios de capital	304 831,57 €
R9.1.1	Administrações Públicas	1 209 832,92	D7.1	Transferências de capital	






R9.1.1.1		1 209 832,92	D71.1	Administrações Públicas	304 831,57 €
R9.1.1.2			D71.1.5	Administração Local	285 040,00
R9.1.1.3	Outras	0,00	D71.2	Entidades do Setor não Lucrativo	19 791,57
R9.2	Subsídios de capital		D71.3	Famílias	
R9.3	Outras		D71.4	Outras	
R10	Outras receitas de capital		D7.2	Subsídios de capital	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	29 307,44	D8	Outras despesas de capital	
RA04	Receita efetiva [1]	16 564 816,50	DA03	Despesa efetiva [4]	17 255 226,94
RA05	Receita não efetiva [2]	1 014 553,50	DA04	Despesa não efetiva [5]	1 774 451,40
R12	Receita com ativos financeiros		D9	Despesa com ativos financeiros	9 821,49
R13	Receita com passivos financeiros	1 014 553,50	D10	Despesa com passivos financeiros	1 764 629,91
RA06	Soma [3] = [1] + [2]	17 579 370,00	DA05	Soma [6] = [4] + [5]	19 029 678,34

ORGÃO EXECUTIVO

Em 15 de junho de 2022

[Assinatura]

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de ___ de 2022

[Assinatura]

[Assinaturas]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "E.P.", "A. Silva", and "P.S."]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município do Peso da Régua, adiante designado por Grupo, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 61.798.146 euros e um total de património líquido positivo de 39.610.337 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.174.114 euros), a demonstração de resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos n.º 1 e n.º 2 da secção "Bases para a opinião com reservas" e das situações referidas no parágrafo n.º 3 da referida secção, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

1) Não obstante as diversas diligências efetuadas pela Entidade Consolidante, não obtivemos confirmações externas de algumas das principais contas a receber e a pagar, incluindo advogados, nem foi possível efetuar procedimentos alternativos considerados adequados para a sua validação. Esta situação consubstancia uma limitação ao âmbito do nosso exame, motivo pelo qual não estamos habilitados a emitir, e não emitimos, uma opinião sobre os valores apresentados nas referidas rubricas do balanço nem, consequentemente, sobre a adequação do valor das imparidades, provisões e dos seus eventuais efeitos.

2) A insuficiente informação do controlo do Grupo sobre os elementos do seu ativo fixo tangível (terminado e em curso), associada à sua grandeza, dispersão e bases de mensuração previstas no novo referencial contabilístico SNC-AP, não nos permitem emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação dos valores dos supracitados elementos do balanço, das depreciações, amortizações e dos subsídios de capital.

3) O Grupo encontra-se a aplicar o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, utilizando a prerrogativa do período mais alargado de transição, prevista na International Public Sector Accounting Standard (IPSAS) 33, por via do Art. 13.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, não tendo sido possível dar cumprimento às seguintes disposições técnicas:

a) Conforme o disposto nos parágrafos n.º 93 e n.º 94 da Estrutura Concetual do SNC-AP, para reconhecer um ativo, uma entidade pública tem que dispor do controlo sobre esse ativo. Neste contexto, não foi possível à Entidade Consolidante concluir esta avaliação de forma a ver reconhecidos nas suas demonstrações financeiras apenas os ativos onde o referido controlo é exercido nem proceder à mensuração dos bens que apresentavam valor zero em normativo POICAL.

b) O Reconhecimento de perdas de imparidade em contas a receber ainda se encontra a ser realizado pela Entidade Consolidante de acordo com o critério previsto no referencial contabilístico POICAL.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "M. P.", "M.", and "P."]

ÊNFASE

Conforme divulgado no segundo parágrafo da nota n.º 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo procedeu pela primeira vez à apresentação de contas consolidadas, motivo pelo qual não existem comparativos nas demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

OUTRAS MATÉRIAS

Apesar das indagações efetuadas, desconhecemos se o relatório e as contas da componente Águas do interior Norte, EIM, SA, foram aprovadas pela assembleia geral.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O Órgão de Gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- Elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "F.P.", "M.", "A. S.", "J.", and "D.S."]

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Conforme se encontra divulgado do ponto (iii) da nota n.º 23 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em consequência da Entidade Consolidada não elaborar demonstrações orçamentais, os valores constantes nas demonstrações orçamentais consolidadas apenas incluem os valores da Entidade Consolidante. Em face desta situação, desconhecemos qual o impacto que o valor das demonstrações orçamentais individuais da Entidade Consolidada teria nas demonstrações orçamentais consolidadas, pelo que não estamos em condições de emitir, e não emitimos, uma opinião devidamente fundamentada sobre as demonstrações orçamentais consolidadas.

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos n.º 1 e n.º 2 da secção "Bases para a opinião com reservas" e das situações referidas no parágrafo n.º 3 da referida secção, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais, exceto quanto à não divulgação do dever de informação consagrado no parágrafo n.º 34 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27 - Contabilidade de Gestão, uma vez que a referida norma se encontra em fase de implementação.

Porto, 14 de junho de 2022

3/3

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "E.O.", "M.", and "P.S.", along with a checkmark.

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Nos termos das disposições legais aplicáveis, vimos apresentar o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do Município do Peso da Régua, adiante designado por Grupo, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que compreendem o relatório de gestão consolidado, o balanço consolidado, a demonstração de resultados por naturezas consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, assim como a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, que são da responsabilidade do Órgão Executivo.

No desempenho das funções que nos foram cometidas, acompanhámos, com a profundidade e extensão que consideramos adequada nas circunstâncias, a atividade do Grupo ao longo do presente exercício.

Em consequência do trabalho realizado, verificámos, exceto quanto efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" da certificação legal das contas consolidadas, que as demonstrações financeiras consolidadas exprimem de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a situação económica e financeira consolidada do Grupo bem como os resultados consolidados obtidos no exercício em questão. Procedemos ainda à apreciação do relatório de gestão consolidado que foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Procedemos também à emissão da respetiva certificação legal das contas consolidadas, cujo conteúdo damos como integralmente reproduzido neste parecer.

1/1

Consideramos relevante referir que o relato consolidado do Grupo foi elaborado pela primeira vez de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Neste contexto, o balanço consolidado e a demonstração de resultados por naturezas consolidada de 2020 foram preparados de acordo com o SNC-AP não existindo comparativos nas demonstrações financeiras. Esta situação foi relatada na certificação legal das contas consolidada através da inclusão de uma ênfase.

Nestas condições, uma vez ponderadas as conclusões constantes na certificação legal das contas consolidadas e verificado o cumprimento dos normativos legais aplicáveis, é nosso parecer que se aprovem os documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo.

Porto, 14 de junho de 2022

C&R | Ribas Pacheco
SOCIEDADE DE REVISORES
OFICIAIS DE CONTAS
An independent member firm of
DFK INTERNATIONAL

Representada por Rodrigo Ribas Pacheco
Número de Registo na OROC: 1163
Número de Registo na CMVM: 20160775
[Documento Assinado Eletronicamente]

[Handwritten signature]
E.P.

Presente na Reunião de
23/05/24
DELIBERAÇÃO
Aprova e remete à
Ass. para delibera.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
M. S. G.
[Handwritten signature]
\$
R.P.

Relatório e Contas de 2020

A close-up photograph of a modern, chrome water tap with water spraying out in a dynamic, high-pressure stream. The background is a soft, out-of-focus blue.

Águas
do interior norte

*A água
que nos liga.*

- ✓ mais qualidade
- ✓ melhor serviço
- ✓ preço justo

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020, como planeado, constituiu-se na prática, no primeiro ano da atividade efetiva da AdIN, pois somente ao longo de 2020 foi possível operacionalizar as infraestruturas e recursos para que a atividade se efetivasse. Referimo-nos à constituição das equipas operacionais em cada concelho (Recursos Humanos), à operacionalização das instalações para o desenvolvimento da atividade (Espaços Operacionais e de Atendimento), à aquisição e disponibilização dos equipamentos (Viaturas e outros equipamentos), ao estabelecimento das formas de relacionamento, formal e informal, entre os diferentes territórios operacionais, à uniformização do processo cobrança dos diferentes serviços (Faturação), etc.

Importa, contudo, desde já, e antes de tudo o mais, referir que foi em 2020 que fomos afetados pela crise pandémica provada pelo SARS-CoV-2 (Covid19) que afetou fortemente a sociedade global e

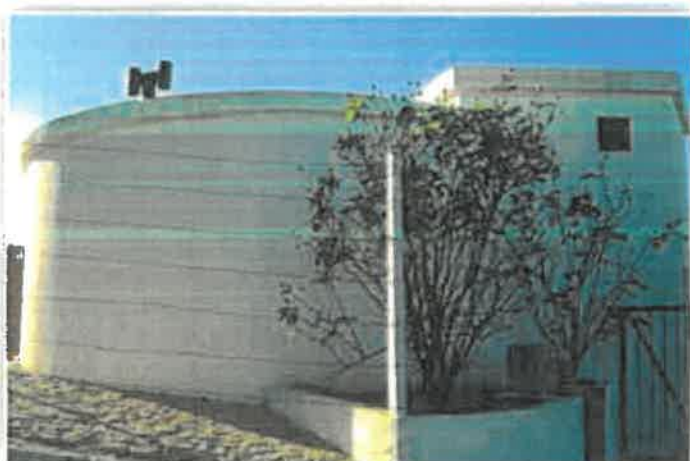


FOTO 1 - RESERVATÓRIO DE VILARINHO DE S. ROMÃO

consequentemente, localmente, a atividade da empresa. Quer ao nível comercial, mas principalmente ao nível operacional. Vários trabalhadores, direta e indiretamente, viram-se afetados pela pandemia, obrigando a AdIN, porque desenvolve a sua atividade num sector essencial, a encontrar formas de ajustamento da sua normal atividade para, sem comprometer o fornecimento destes serviços essenciais, continuar a prestar o melhor serviço possível.

2020 foi assim um ano marcado pela crise pandémica e suas consequências. Consequências que

afetaram o normal desenvolvimento da empresa porque coincidiu com o início efetivo da sua atividade.

Iniciamos em 2020 a relação comercial com os clientes através da emissão mensal das faturas dos serviços prestados, que num primeiro momento, porque os processos de migração da informação comercial das diferentes Câmaras Municipais (CM), apesar de globalmente muito positiva, não ocorreu totalmente como delineado em todos os concelhos, conduzindo a situações de alguma tensão com os clientes pois, confrontados com faturas comerciais dos serviços prestados a que não estavam acostumados e que ainda não compreendiam, associado aos ajustes tarifários obrigatoriamente ocorridos pela necessidade de aplicação de uma tarifa de referencia de 23,16€/10m³ que aumentou o custo o bem em todos os municípios e a desajustes dos processos de contagem, medição e faturação dos serviços mensalmente prestados, conduziu a situações de incompreensão da atividade da empresa, entretanto, e ao longo do ano, solucionados mas já normalizados.

O ano que passou foi também um ano de forte comprometimento com os clientes, com os acionistas e também com as instituições que acreditaram neste nosso projeto, particularmente com as instituições financiadoras dos investimentos preconizados no EVEF da AdIN, com os quais estamos comprometidos, destacando-se as instituições comunitárias (POSEUR).

Se o EVEF da AdIN projetou para os seus primeiros cinco anos de atividade cerca de 56 Milhões de Euros de investimentos, em resultado de candidaturas da AdIN ao POSEUR (70 candidaturas) foi possível em 2020 obter participações comunitárias de cerca de 18,5 Milhões de Euros para esses investimentos.

Este financiamento comunitário, num primeiro momento candidatado com anteprojetos, obrigou a AdIN a contratualizar os respetivos projetos de execução para o lançamento dos procedimentos contratuais para a sua materialização, procedimentos que terão de estar concluídos durante o primeiro semestre de 2021.

Ao longo do ano foram estabelecidos os contactos e negociações com instituições financeiras, nomeadamente o Banco Europeu de Investimentos (BEI) para a obtenção, a condições mais favoráveis, dos financiamentos necessários a todo o plano de investimentos delineado, situação que decorreu sempre de forma muito positiva e que culminou, já em 2021, com um acordo de financiamento de 28,2 Milhões de Euros, o que perspetiva positivamente o futuro próximo da AdIN.

Apesar da pandemia, o ano de 2020 decorreu globalmente como projetado no EVEF da AdIN, pois era expectável um resultado negativo de aproximadamente 900 Mil Euros e foi possível terminar este primeiro ano de atividade com um resultado negativo de somente 366 Mil Euros.

Porque toda a atividade económica nacional e o consequente bem-estar social foi fortemente afetado pela pandemia, tal obrigou as organizações públicas como os municípios a despenderem avultados recursos financeiros para acorrer às emergências sociais que inevitavelmente ocorreram, com consequências nos apertados orçamentos municipais.

Nesse sentido, de acordo com a legislação e alicerçados nos pareceres do ROC da AdIN e das entidades consultoras que assessoraram a AdIN na sua criação e constituição (E&Y), foi proposto à entidade fiscalizadora destas atividades empresariais em que a AdIN se insere (IGF), que para efeitos da avaliação da sustentabilidade económico-financeira da organização, não fossem considerados os seus resultados anuais nestes primeiros anos de atividade, mas apenas os resultados consolidados após os seus primeiros cinco anos de atividade, momento a partir do qual, esperamos, os efeitos da pandemia tenham já sido dissipados e as consequências dos investimentos planeados, porque já realizados, tenham começado a produzir os resultados que conduzirão à sustentabilidade da empresa.

Esta solução permitirá que os primeiros anos de atividade da AdIN, como expectável pelo seu EVEF, apesar de negativos, não produzam consequências nos orçamentos dos acionistas, particularmente num momento/período de forte exigência económico-financeira para os municípios, obrigados a acorrer a tantas outras situações, particularmente de cariz social com que se verão confrontadas em consequência da pandemia.



FOTO 2 - RESERVATÓRIO DE COVELINHAS

Neste primeiro ano de atividade da AdIN importa deixar uma palavra de agradecimento aos seus trabalhadores pelo comprometimento com os objetivos da organização. Num ano que para muitos foi o seu primeiro ano de trabalho e acima de tudo de contacto com uma nova realidade empresarial, de organização e de metodologias de trabalho, a que se adicionaram as circunstâncias da pandemia, os resultados obtidos deixam-nos esperançados que, estabilizados os processos de constituição da empresa e dissipados os efeitos da pandemia, tendencialmente estarão reunidas as condições para um bom desempenho da organização.

Apesar de tudo, foi possível, com um acentuado esforço da organização, manter o processo de certificação da atividade da AdIN para o concelho de Vila Real, através da Renovação da Certificação ISO 9001:2015 e ISO 14001:2015, e continuar a trabalhar para o processo de extensão faseada do Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente a todas as novas infraestruturas da organização nos restantes concelhos integrantes.

Para o melhor desempenho da organização muito poderá também contribuir o processo de Avaliação do Desempenho dos trabalhadores. Era desejável que fosse já possível estar devidamente implementado, mas face a todos os condicionalismos que afetaram este ano de atividade, tal impediu a sua concretização em tempo útil, situação que, sem afetar as expetativas dos trabalhadores, será corrigido no ano de 2021, reportando os efeitos dessa avaliação do desempenho também ao ano de 2020.

Como sempre temos referido, tudo temos procurado fazer para justificar a confiança depositada pelos acionistas neste Conselho de Administração. A todos os acionistas queremos, uma vez mais, agradecer essa mesma confiança. Estamos desde o início conscientes do imenso trabalho e desafios que esta nova realidade empresarial terá de enfrentar, particularmente nestes primeiros anos da sua existência, mas com o acompanhamento próximo, o empenho e dedicação de todos, estamos certos de que estes desafios serão atingidos, para o bem das populações dos concelhos que servimos.

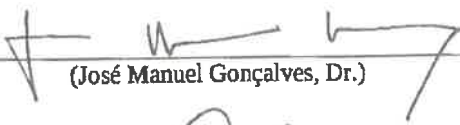
Vila Real, 24 de maio de 2021.

O Conselho de Administração

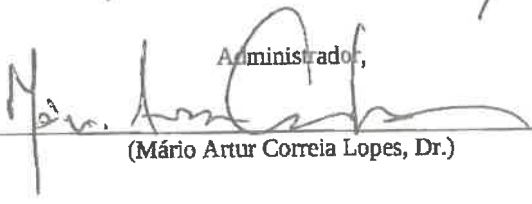
Presidente,


(Carlos Manuel Gomes Matos da Silva, Eng^o)

Administrador,


(José Manuel Gonçalves, Dr.)

Administrador,


(Mário Artur Correia Lopes, Dr.)

Handwritten notes and signatures in the right margin, including initials like 'gm', 'EP', and various signatures.

ÍNDICE

PRINCIPAIS DADOS / INDICADORES DA EMPRESA	3
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	5
ANÁLISE GLOBAL	7
ATIVIDADE DA ADIN	9
A. ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	9
B. DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	11
E. ESTRUTURA ORGANIZATIVA	13
F. RECURSOS HUMANOS/BALANÇO SOCIAL.....	14
G. INVESTIMENTO E COMPARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA	15
SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	17
A. BALANÇO.....	17
B. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	17
C. RESULTADOS	19
D. INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS.....	20
DÍVIDAS DE IMPOSTOS EM MORA.....	21
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	23
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	25
A. BALANÇO EM 31/12/2020	26
B. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31/12/2020.....	28
C. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES EM 31/12/2020	29
D. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12/2020	30
E. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAIS - EXERCÍCIO DE 2020	32
F. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAIS - EXERCÍCIO DE 2019	34
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	36
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	53
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	57

Handwritten notes in blue ink at the top right of the page, including initials and a signature.



A água
que nos liga.

- ✓ mais qualidade
- ✓ melhor serviço
- ✓ preço justo

PRINCIPAIS DADOS / INDICADORES DA EMPRESA



Abastecimento de água

- 103 captações
- 32 elevatórias
- 242 reservatórios
- 305 km de adutoras
- 1.480 km de rede de distribuição



Saneamento de águas residuais

- 68 estações elevatórias
- 14 km de emissários
- 676 km de rede de drenagem
- 130 ETAR's

8 Municípios
105.410 habitantes

Am CA EP

2. 11 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100

Águas
do interior norte

A água
que nos liga.

- ✓ mais qualidade
- ✓ melhor serviço
- ✓ preço justo

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente

Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves

Secretário

Alberto Monteiro Pereira

Conselho de Administração

Presidente

Carlos Manuel Gomes Matos da Silva

Vogais:

José Manuel Gonçalves

Mário Artur Correia Lopes

Fiscal Único:

RGA Auditores - Rodrigo, Gregório & Associados, SROC, Lda., Representada por Fernando Virgílio Cabral da Cruz Macedo

Fiscal Único Suplente:

Manuel António Gregório

CA
EF
B.
M
S
A
AF.



Águas
do interior norte

*A água
que nos liga.*

- ✓ mais qualidade
- ✓ melhor serviço
- ✓ preço justo

ANÁLISE GLOBAL

A Águas do Interior Norte, EIM, SA., (AdIN) é uma empresa local, de gestão de serviços de interesse geral, de capitais exclusivamente públicos, de responsabilidade limitada, dotada de personalidade jurídica, de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e independência orçamental.

De acordo com os seus estatutos a empresa tem como objeto social “a exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos Municípios participantes no seu capital social”.

Os serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais desempenham um papel fundamental no bem-estar e saúde das populações, pelo que a sua gestão deverá ser criteriosa e orientada por princípios que garantam a proteção da saúde pública e do ambiente, a qualidade e sustentabilidade do serviço, a proteção dos interesses dos utilizadores, a sustentabilidade económica e financeira das entidades gestoras, a universalidade e a igualdade no acesso aos serviços.

O ano de arranque da empresa ficará marcado pelas vicissitudes que decorreram da vigência da pandemia designada de Covid-19, as quais resultaram em dificuldades adicionais àquelas que eram esperadas para o primeiro ano de atividade de uma nova realidade de gestão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais. O aliviar das restrições impostas no segundo semestre possibilitou o retomar de alguma “normalidade” e permitiu a realização de algumas das atividades mais direcionadas para a eficiência da empresa com reflexos ao nível do volume de compra de água e consequentemente nos gastos da empresa.

A implementação dos investimentos previstos carece de um conjunto de procedimentos de revisão de projetos e de contratação pública, os quais foram sendo desenvolvidos ao longo do ano. No final do ano alguns dos investimentos estavam já em fase de execução.

No final do primeiro ano de atividade a empresa apresenta resultados negativos, em 366.310€, ainda assim melhores que o perspectivado nos documentos de constituição e no orçamento aprovado.

Handwritten notes in the top right corner: "M.", "Fi", "D.", "S.", "P.", and "R."



A água
que nos liga.

- ✓ mais qualidade
- ✓ melhor serviço
- ✓ preço justo

ATIVIDADE DA ADIN

A AdIN iniciou em 2020 a implementação de uma estratégia destinada a dotar os serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais da resiliência, sustentabilidade e eficiência que garantam a prossecução da prestação de um serviço de qualidade ao longo do período de delegação, a preços economicamente sustentáveis.

A. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O abastecimento de água é um serviço essencial à qualidade de vida das populações, por outro lado, a escassez deste recurso exige um desempenho eficiente, visando a sua preservação e o acesso universal. Em termos de acessibilidade física a área de intervenção da AdIN dispõe de um elevado nível de cobertura. A água fornecida apresenta valores de elevada qualidade. Assim, neste serviço as principais preocupações estão relacionadas com a eficiência, em especial com o nível de perdas de água que corre no processo de distribuição.

O sistema de abastecimento de água da AdIN é constituído por 103 captações locais, 1 estação de tratamento, 242 reservatórios de água, 273 estações elevatórias, 309 km de adutoras e 1.479 km de redes de distribuição.



FOTO 3 - RESERVATÓRIO DE MARTIM

A idade e falta de manutenção das infraestruturas reflete-se em elevados volumes de água perdida. O estado de conservação, a complexidade associada à gestão destes sistemas e a pandemia Covid-19 condicionaram o desenvolvimento dos trabalhos e a calendarização prevista para a redução das perdas de água.

Produção

A produção e tratamento de água dos grandes aglomerados no norte de Portugal foi concessionada pelo Estado à Águas do Norte, S.A. Nesta circunstância a produção própria de água da empresa representa uma pequena parte da água fornecida. Ainda assim, ao longo de 2020 a produção da AdIN foi de 727.501m³ nas 103 captações.

O Aquífero da Campeã é a captação com maior capacidade de produção da empresa. Uma vez que produz água de elevada qualidade, decorrem os investimentos destinados a reforçar a sua resiliência para fazer face a situações de maior escassez.

De forma a cumprir a regulamentação em vigor e garantir a segurança da água fornecida está também previsto o investimento na delimitação dos perímetros de proteção das captações.

Distribuição

Uma das principais dificuldades dos sistemas de abastecimento está relacionada com o nível de perdas de água ocorridas nas condutas. Sabe-se que uma das técnicas mais utilizadas e que melhores resultados apresenta ao nível da redução de perdas de água, consiste na divisão da rede em zonas de medição e controlo (ZMC). Setorizando as redes é mais rápida a deteção e localização de roturas, de consumos anómalos, de furtos, entre outros. Esta setorização é acompanhada ao nível técnico com a instalação de equipamentos de medição e controlo que permitem uma gestão mais eficaz da rede, com conhecimento em tempo real de todos os parâmetros essenciais. Baseando-se nesta metodologia a AdIN procedeu à revisão do projeto que suportou a candidatura “Definição de ZMC nas Redes de Abastecimento de Água dos Concelhos da Águas do Interior Norte, Incluindo Sistema de Medição e Avaliação do Volume de Perdas” e iniciou em 2020 os procedimentos de contratação pública destinados a implementar esta metodologia.

No final de 2020, a AdIN tinha 61.361 clientes do serviço de abastecimento. Os utilizadores de cariz doméstico constituem 91% da estrutura de clientes da empresa.

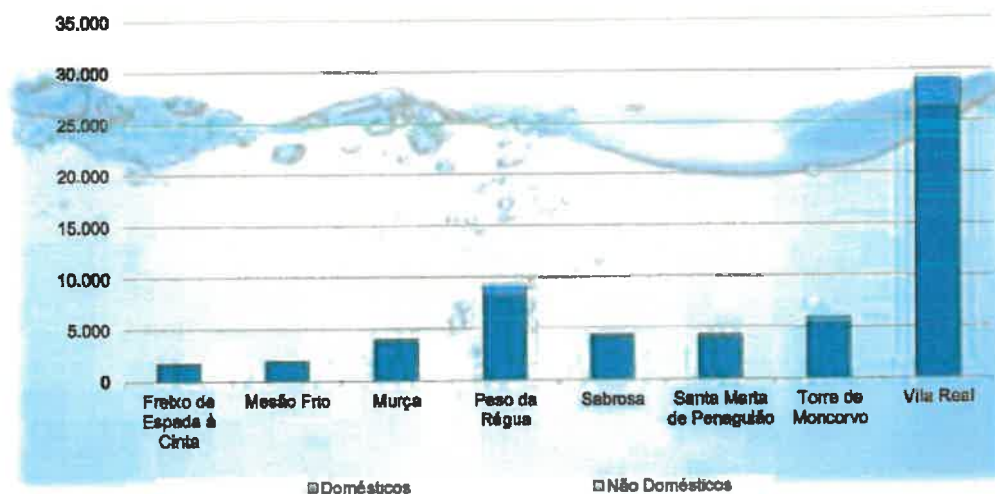


GRÁFICO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS CLIENTES POR MUNICÍPIO (N.º)

O controlo analítico do Ciclo da Água nos oito municípios integrantes da AdIN foi contratado aos laboratórios acreditados Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda. e SUMALAB S.A. No ano 2020, o primeiro ficou responsável pela monitorização de Freixo de Espada à Cinta, Sabrosa, Torre de Moncorvo e Vila Real – desde a água bruta das captações, água tratada à saída dos reservatórios, após a rede de distribuição (isto é, nas torneiras de consumidores aleatoriamente escolhidos) e por fim, à saída das nossas ETAR antes da devolução ao meio hídrico – por um total de 18.938,07€ a acrescer de IVA. O segundo laboratório teve uma missão semelhante porém nos Concelhos de Mesão Frio, Murça, Peso da Régua e Santa Marta de Penaguião, por um total de 12.098,22€ a acrescer de IVA. A diferença de preços justifica-se pelo facto do número de análises e sua frequência ser diretamente proporcional à população

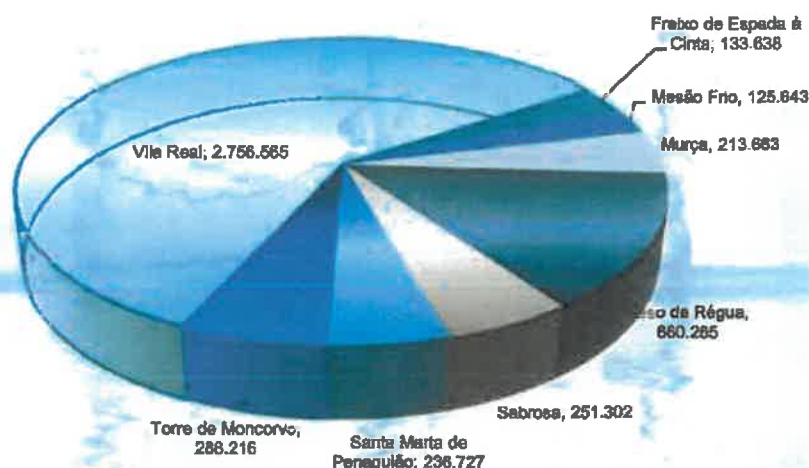


GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DO VOLUME DE ÁGUA FATURADA POR MUNICÍPIO (VALORES EM M³)

receber o Selo da Qualidade Exemplar da Água de Abastecimento, anualmente atribuído pela ERSAR numa iniciativa de distinção das entidades gestoras meritórias.

Ao longo do ano foram faturados 4.666.019m³, maioritariamente a utilizadores de cariz doméstico (78%). O concelho de Vila Real representa 59% do consumo faturado, conforme gráfico abaixo.

B. DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Os sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais desempenham um papel fundamental na preservação do ambiente e da qualidade das massas de água. Na ausência de rede pública de drenagem as populações recorrem à utilização de fossas, muitas vezes construídas sem os necessários requisitos técnicos. As escorrências provenientes destas instalações constituem focos de contaminação de solos e lençóis freáticos, constituindo um risco para a saúde pública.

O sistema de saneamento da AdIN é composto por 130 ETAR's, 68 estações elevatórias, 13 km de emissários e 674 km de rede coletora. Trata-se de um conjunto alargado de infraestruturas, cuja manutenção nem sempre foi efetuada com os necessários requisitos técnicos. Assim, uma das primeiras atividades prende-se com a implementação de rotinas e procedimentos destinados a manter a sua operacionalidade.

Rede de Drenagem de Esgotos

No universo dos Municípios que constituem a AdIN, o Concelho de Vila Real é aquele que apresenta a mais baixa taxa de cobertura em termos de rede de drenagem de águas residuais. Para colmatar esta lacuna está em fase de conclusão a empreitada "Despoluição da Bacia do Corgo - Drenagem de Esgotos e Renovação da Rede de Água do Vale da Campeã" que permitirá a ligação de 943 alojamentos das

abrangida por cada sistema. Para além da densidade populacional, também o aumento dos caudais transferidos constitui um fator de intensificação das campanhas de amostragem.

Neste primeiro ano de atividade, houve uma franca aposta na automatização de sistemas de desinfeção que ainda era manuais, tendo assim conseguido atingir um nível no Indicador ERSAR de Água Segura de 99,65%. Com este resultado, a Águas do Interior Norte já conseguiu atingir o nível de execução que a capacita a

localidades de Aveção do Cabo, Aveção do Meio, Aveçãozinho, Bairro de Sto. António, Chão Grande e Balsa, Cruz, Pêpe, Pereiro, Seixo, Vendas, Viariz da Poça, Vila Cova, Vila Nova, Quintã, Boavista, Pousada, Viariz da Santa, Foz e Gontães. No âmbito dos investimentos a está prevista a extensão da rede de drenagem para as aldeias de Quintelas, Varelas, Escariz, Paredes, Coêdo, Fonteita Barreiro, Meneses e Tuizendes e um bairro de Abaças.

Ao nível das redes de drenagem será também investido no redesenho de alguns sistemas por forma a tornar os sistemas mais eficientes e resilientes. Para tal serão eliminadas algumas estações de tratamento e encaminhado o efluente para outras de maior dimensão.

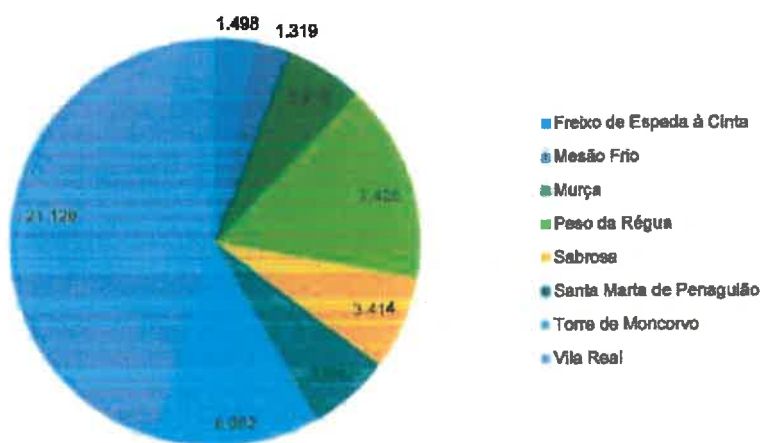


GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DOS UTILIZADORES DO SERVIÇO DE AR POR MUNICÍPIO (N.º)

Tendo em vista a expansão da área servida pelo serviço de saneamento de águas residuais procedeu-se à adjudicação do fornecimento de dois veículos limpa fossas. Estes equipamentos possibilitarão a introdução de uma componente de equidade social, na medida em que todos os residentes na área de intervenção da AdIN passarão a ter disponível o serviço de saneamento de águas residuais, ainda que não seja através de redes de drenagem.

No final de 2020 a AdIN detinha 46.727 utilizadores do serviço do serviço de saneamento de águas residuais, distribuídos pelos vários concelhos conforme gráfico a baixo.

Estações de Tratamento e Estações Elevatórias de Águas Residuais

A generalidade das infraestruturas de tratamento apresentava várias carências de manutenção e um funcionamento deficiente, não garantindo o cumprimento dos parâmetros de descarga. Foram implementados os procedimentos de monitorização e controlo, bem como de manutenção por forma a garantir a operacionalização mínima destas infraestruturas.

A nível de Águas Residuais foi feita a revisão e aprovação de vários projetos de reabilitação ou de construção de ETAR em todo o universo AdIN que em breve já estarão em obra.

E. ESTRUTURA ORGANIZATIVA

A AdIN implementou o organograma aprovado em Assembleia Geral de acionistas. Com esta estrutura pretendeu-se dotar a entidade de uma estrutura flexível e dinâmica por forma a assegurar a gestão eficaz dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, respondendo de forma eficiente e atempada às necessidades dos clientes/utilizadores. A organização da empresa está resumida no seguinte organograma.

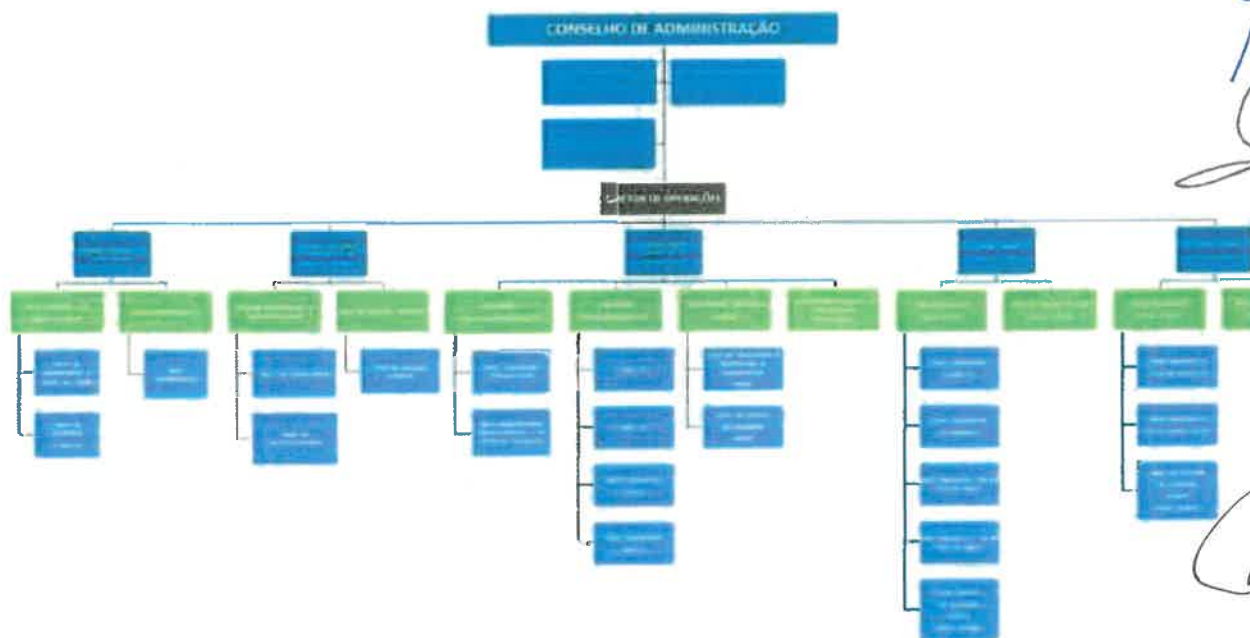


ILUSTRAÇÃO 1 - ORGANOGrama DA EMPRESA

Os trabalhadores que compõem o quadro de recursos humanos da empresa transitaram dos Municípios acionistas e da EMARVR, Água e Resíduos de Vila Real, EM, SA. Juntamente com estes recursos transitaram também as diferentes formas de operar os sistemas. Numa ótica de partilha das melhores práticas procedeu-se à uniformização de procedimentos adotando as melhores práticas em vigor. Os processos e procedimentos foram devidamente documentados e implementados tendo em vista a extensão a toda área de atividade da empresa da certificação ao abrigo das normas ISO 9001 e ISO 14001. Este processo dotará a empresa de uma melhor organização, melhor conhecimento organizacional, maior motivação e maior envolvimento dos colaboradores que confluirão para uma melhoria do seu desempenho global.

A conclusão das obras em curso nas oficinas da empresa, bem como a operacionalização das sedes de núcleo e dos setores municipais, permitiram dotar o setor operacional das condições essenciais a um desempenho das suas funções.

F. RECURSOS HUMANOS/BALANÇO SOCIAL

No final do ano a empresa contava com 181 trabalhadores, maioritariamente na faixa etária dos 40 aos 59 anos de idade.

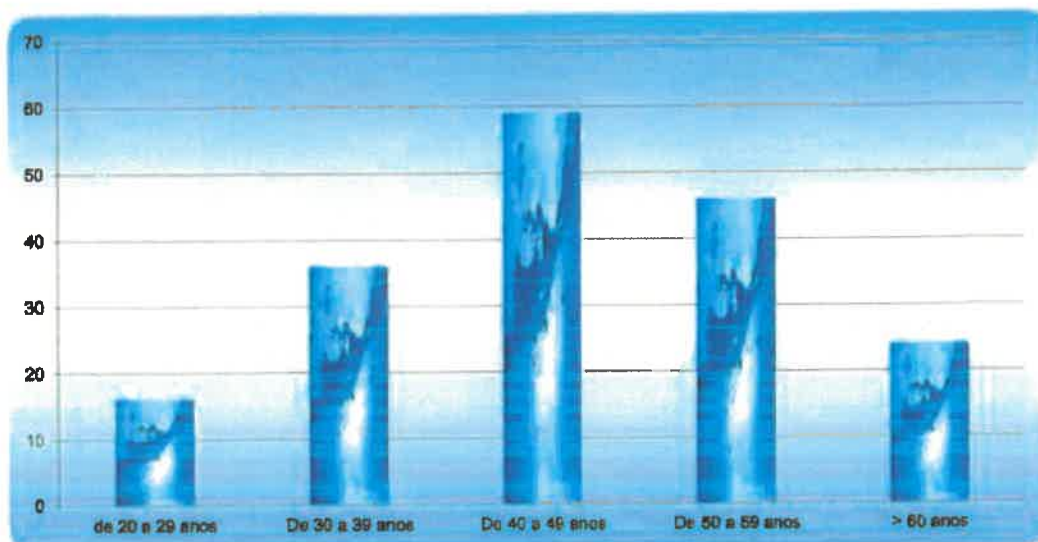


GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS

Os trabalhadores da AdIN transitaram dos Municípios e da EMARVR (no caso de Vila Real), conforme quadro resumo abaixo:

Município/situação contratual	N.º de Funcionários
Freixo Espada à Cinta	5
Contrato Termo Certo	4
CTFP - Cedência Interesse Público	1
Mesão Frio	7
Contrato Termo Certo	6
CTFP - Cedência Interesse Público	1
Murça	12
Contrato Termo Certo	9
CTFP - Cedência Interesse Público	3
Peso da Régua	32
Contrato Termo Certo	24

Município/situação contratual	N.º de Funcionários
CTFP - Cedência Interesse Público	8
Sabrosa	13
Contrato Termo Certo	7
CTFP - Cedência Interesse Público	6
Santa Marta Penaguião	10
Contrato Termo Certo	7
CTFP - Cedência Interesse Público	3
Torre de Moncorvo	16
Contrato Termo Certo	10
CTFP - Cedência Interesse Público	6
Vila Real	86
Contrato Individual Trabalho	36
Contrato Termo Certo	13
CTFP - Cedência Interesse Público	37
Total Geral	181

G. INVESTIMENTO E COMPARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

A análise efetuada no âmbito da constituição da empresa permitiu apurar as necessidades de um investimento global de 56.479.243€.

	2020	2021	2022	2023	2024	Invest. Total (preços correntes)
Abastecimento de água	7.361.049	7.471.465	7.583.537	7.697.290	7.812.749	37.926.089
Águas Residuais	3.600.969	3.654.983	3.709.808	3.765.455	3.821.937	18.553.153
Total Geral	10.962.018	11.126.448	11.293.345	11.462.745	11.634.686	56.479.243

Os investimentos visam dotar a empresa dos meios necessários ao desempenho da sua atividade com a máxima eficiência e eficácia. Para tal o plano de investimentos prevê verbas para a instalação de ZMC's, substituição de redes de distribuição de água, reabilitação de reservatórios, estabelecimento de perímetros

de captação, substituição do parque de contadores, reabilitação de redes de drenagem, reabilitação de estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais. Tendo em vista a realização destes investimentos com um impacto mínimo na tarifa aplicada aos utilizadores foram apresentadas e aprovadas 70 candidaturas a fundos comunitários, no valor global de 30.843.972€ (quadro abaixo), assegurando uma comparticipação comunitária de 18.536.365€.

Concelhos	Candidatura Eficiência	Candidatura saneamento	Total
Freixo Espada a Cima	594.285	540.866	1.135.251
Mesão Frio	632.159	1.010.545	1.642.704
Murça	1.338.887	2.807.380	4.244.227
Peso da Régua	1.723.181	3.249.622	4.972.783
Sabrosa	1.997.749	3.095.278	5.093.026
Santa Marta Penaguião	1.442.058	1.945.320	3.387.376
Torre de Moncorvo	1.370.574	0	1.370.574
Vila Real	5.000.981	3.997.052	8.998.033
Total	14.097.831	16.746.141	30.843.972

Ao longo de 2020 foi também negociado um empréstimo com o Banco Europeu de Investimentos que possibilitou a obtenção de condições mais favoráveis que as existentes no mercado. O empréstimo no montante de 28.200.000€ será amortizado ao longo de 25 anos, existindo um período de carência de 5 anos.

A necessidade de revisão dos projetos, a pandemia e a morosidade dos procedimentos de contratação condicionaram a implementação do plano. Ainda assim, tendo em conta que os procedimentos de contratação estão praticamente todos concluídos e o financiamento assegurado, é expectativa da empresa recuperar em 2021 o planeamento efetuado.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A. BALANÇO

O Balanço reflete a situação patrimonial da entidade no final de 2020. Decorrente da atividade em que está inserida, a AdIN apresenta um valor dos ativos fixos tangíveis que representam 82 % do valor do ativo (71.415.202,00€). No início de 2020 a EMARVR, Água e Resíduos de Vila Real, E.M., S.A. foi

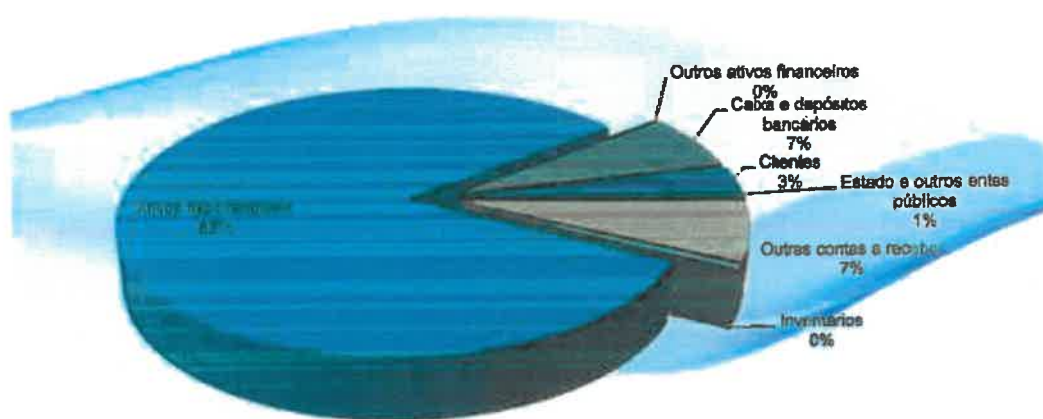


GRÁFICO 5 - COMPOSIÇÃO DO ATIVO DA EMPRESA (VALORES EM €)

fundida na AdIN daí resultando o aumento significativo na rubrica em análise.

O Capital Próprio da AdIN no final de 2020 era de 56.775.949€, resultando fundamentalmente das entradas realizadas pelas entidades participantes, deduzidas do resultado líquido.

O passivo não corrente representa 62% do total do passivo e respeta fundamentalmente a empréstimos contraídos para financiar investimentos. O total do passivo é de 14.639.253€.

B. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Os 4.666.019m³ faturados em 2020 refletiram-se num volume de vendas de 4.598.809€, valor superior em 6,24% ao perspectivado no orçamento da empresa. Esta variação ocorreu sobretudo nos utilizadores não domésticos.

As taxas de adesão aos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento de águas residuais refletiram-se no número de clientes e consequentemente no valor das tarifas fixas. Assim, as prestações de serviço registaram um desvio negativo de 3,34% relativamente ao previsto. No primeiro ano de atividade, o valor desta rubrica foi de 9.409.882€.

Em conformidade com o disposto no Contrato de Gestão Delegada a AdIN disponibilizou-se para proceder à gestão dos sistemas de drenagem de águas pluviais do Municípios, mediante a celebração de Contrato-Programa, nos termos do Anexo IV ao documento referido. Apenas do Município de Vila Real demonstrou interesse nesta prerrogativa, tendo-se registado a contrapartida financeira na rubrica Subsídios à Exploração.

A rubrica de Outros Rendimentos atingiu o valor de 756.615€. Este valor representa um acréscimo de 383.609€ face ao valor inscrito no orçamento. Tal variação ocorreu por via da inclusão da comparticipação comunitária que transitou da EMARVR, no âmbito da fusão.

As restrições à circulação e à mobilização das equipas operacionais condicionaram o combate às perdas de água que ocorrem na rede de distribuição. Esta situação consubstanciou-se no valor do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas 4.446.626€, um valor superior em 1.143.685€ face ao esperado na fase de orçamento.

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, em 2020, foram de 5.089.712€. Este valor representa uma poupança de 113.378€ face ao previsto. Para esta variação ocorreu fundamentalmente nos gastos com energia que foram inferiores ao estimado.

Nos gastos com pessoal registou-se uma poupança de 52.752€ face ao inicialmente previsto, o corresponde a uma variação de 1%.

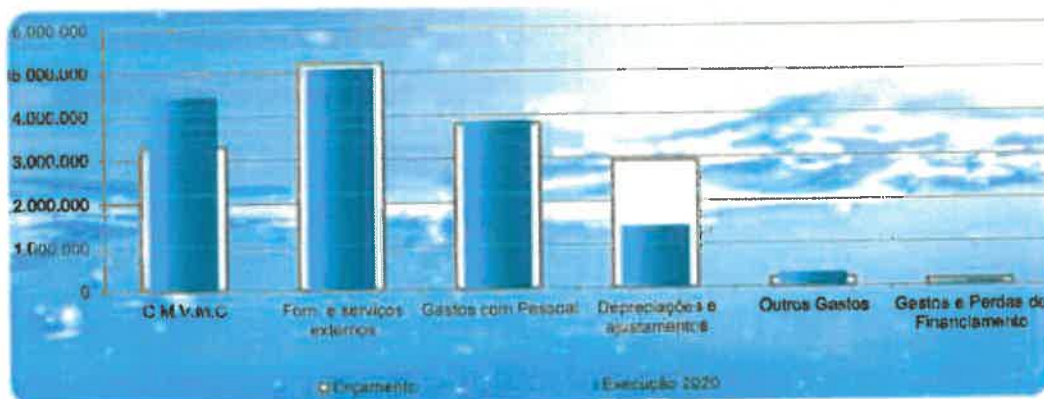


GRÁFICO 6 - EXECUÇÃO DE GASTOS (VALORES EM €)

Em virtude de as depreciações dos subsistemas integrados a título de entradas em espécie ocorrerem pelo período da delegação, registou-se um valor inferior ao inicialmente previsto. Em 2020 o valor das depreciações foi de 1.416.798€.

A rubrica de Outros Gastos atingiu o valor de 304.880€, um valor superior em 46% face ao previsto.

O atraso na implementação do investimento definido e da contração de financiamento bancário refletiu-se no valor da rubrica de Gastos e Perdas de Financiamento (81.748€). Trata-se de um valor inferior em 61.264€ face ao previsto.

C. RESULTADOS

O Resultado Líquido da AdIN em 2020 foi negativo em 366.310€, ainda assim consideravelmente melhores que o previsto no processo de constituição e no âmbito do orçamento aprovado.

A origem deste resultado explica-se em grande parte pelo elevado volume de perdas de água que ocorre no processo de distribuição de água e cujo combate foi dificultado pela pandemia Covid-19. Além do atraso da implementação dos investimentos, condicionou também as atividades diárias designadamente pelas restrições colocadas à utilização das equipas operacionais, uma vez que a prioridade foi colocada na salvaguarda da continuidade da prestação de serviço.



FOTO 4 - ETAR DE JOU

Uma das principais razões para esta situação prende-se com adesão a sistemas multimunicipais que tem sido “imposta” a estas empresas. Estes sistemas constituem-se como verdadeiros fornecedores em regime de monopólio o que, dado o peso que têm nas suas estruturas de custos e proveitos, lhes permite ter uma influência significativa nos seus resultados.

Os resultados operacionais antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) foram em 2020 foi de 1.176.703€, revelando um desvio negativo de 982.320€ face ao inicialmente programado. Esta situação está fundamentalmente relacionada com os níveis de compra de água superior ao esperado e cuja redução foi condicionada pela pandemia e pelo atraso na implementação dos investimentos previstos para o setor.

O resultado operacional para o período em análise foi de -240.095€, um valor superior em 528.727€ face ao previsto em orçamento. Esta situação está relacionada com o facto de as depreciações dos subsistemas integrados a título de entradas em espécie ocorrerem pelo período da delegação.

O resultado líquido em 2020 foi de -366.310€ é melhor que o previsto em 533.897€

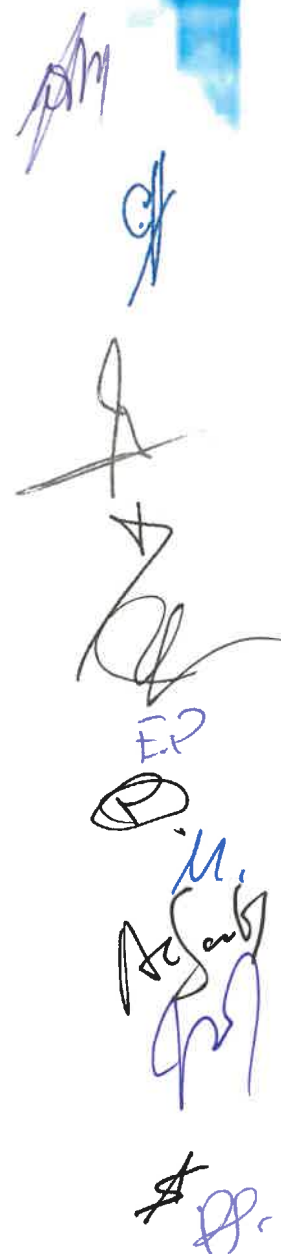
D. INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

O resultado líquido negativo influenciou a generalidade dos indicadores de rentabilidade. Trata-se de uma situação conjuntural na medida em que ainda estão a ser implementados os investimentos destinados a assegurar a sustentabilidade da empresa a longo prazo.

Apesar do empréstimo contraído para fazer face ao investimento em curso a empresa apresenta rácios de solvabilidade e endividamento bastante confortáveis.

DÍVIDAS DE IMPOSTOS EM MORA

Não existem quaisquer dívidas em mora de impostos ou à Segurança Social.



A vertical column of handwritten signatures in blue ink, including the initials "E.P." and "M. S. Silva".

A close-up photograph of a chrome water tap with water spraying out. The background is a solid blue color. The tap has a black handle and a circular showerhead-like base.

Águas
do interior norte

*A água
que nos liga.*

- ✓ mais qualidade
- ✓ melhor serviço
- ✓ preço justo

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe, nos termos do art. 24º dos Estatutos da Empresa, a seguinte aplicação para os Resultados do Exercício de 2020, no montante de -366.309,64 euros:

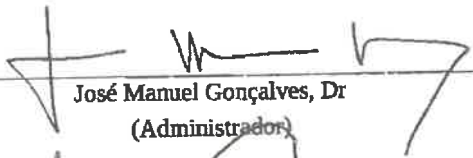
- a) Reservas Legais: 0 euros;
- b) Resultados Transitados: -366.309,64 euros.

Vila Real, 24 de maio de 2021.

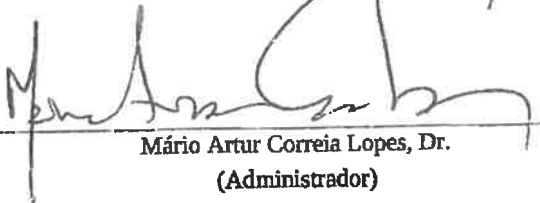
O Conselho de Administração



Carlos Manuel Gomes Matos da Silva, Engº
(Presidente do Conselho de Administração)



José Manuel Gonçalves, Dr
(Administrador)



Mário Artur Correia Lopes, Dr.
(Administrador)

Águas
do Interior norte

*A água
que nos liga.*

- ✓ mais qualidade
- ✓ melhor serviço
- ✓ preço justo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 34.º dos Estatutos da Empresa, juntam-se os quadros para o efeito elaborados:

- Balanço
- Demonstração dos Resultados por Naturezas
- Demonstração dos Resultados por Funções
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Anexo às Demonstrações Financeiras

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "AM", "J", "EP", and others, arranged vertically on the right side of the page.]

A. BALANÇO EM 31/12/2020

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A.
Balanço Individual em 31 de dezembro de 2020
 (Valores expressos em euros)

	Notas	31-dez.20	31-dez.19
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	58.668.729,24	26.029.547,00
Propriedades de investimento	5	0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Outros investimentos financeiros		17.652,62	0,00
Ativos por impostos diferidos	29	0,00	0,00
		58.686.381,86	26.029.547,00
Ativo corrente			
Inventários	6	248.862,22	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes	7	2.231.073,28	0,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	8	406.789,25	0,00
Outros créditos a receber	9	5.021.496,00	0,00
Diferimentos	10	12.000,00	0,00
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	11	4.808.599,39	445.050,00
		12.728.820,14	445.050,00
Total do Ativo		71.415.202,00	26.474.597,00

Capital Próprio e Passivo

Capital próprio			
Capital subscrito	12	30.398.050,00	14.398.050,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio	12.1	7.763.200,00	7.763.200,00
Prémios de emissão	12.1	4.313.347,00	4.313.347,00
Reservas legais	13	94.866,75	0,00
Outras reservas		13.762,56	0,00
Resultados transitados	14	901.066,16	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / outras variações no Capital Próprio	15	13.657.965,89	0,00
Resultado líquido do período		-366.309,64	0,00
Total do Capital Próprio		56.775.948,72	26.474.597,00

	Notas	31.dez.20	31.dez.19
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	16	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	17	8.496.198,14	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	18	546.838,86	0,00
		<u>9.043.037,00</u>	<u>0,00</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	19	946.438,24	0,00
Adiantamento de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	8	43.250,57	0,00
Financiamentos obtidos	17	819.958,08	0,00
Outras dívidas a pagar	18	3.786.569,39	0,00
Diferimentos	10	0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		<u>5.596.216,28</u>	<u>0,00</u>
Total do Passivo		14.639.253,28	0,00
Total do Capital Próprio e do Passivo		71.415.202,00	26.474.597,00

A Contabilista Certificada,

Isabella Rodrigues Chaves

A Administração,

[Assinatura]
[Assinatura]

B. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31/12/2020

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A.

Demonstração Individual dos Resultados por Natureza

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.20	31.dez.19
Vendas e serviços prestados	20	14.008.691,02	0,00
Subsídios à exploração		102.547,55	0,00
Variação nos inventários da produção	21	-3.198,72	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-4.446.625,82	0,00
Fornecimentos e serviços externos	23	-5.089.712,01	0,00
Gastos com o pessoal	24	-3.846.733,63	0,00
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	6	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7 e 9	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	16	0,00	0,00
Outros rendimentos	25	756.614,56	0,00
Outros gastos	26	-304.880,07	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.176.702,88	0,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	-1.416.798,14	0,00
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-240.095,26	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos	28	1,75	0,00
Juros e gastos similares suportados	28	-81.747,66	0,00
Resultado antes de impostos		-321.841,17	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	29	-44.468,47	0,00
Resultado líquido do período		-366.309,64	0,00
Resultado por ação básico		-366.309,64	0,00

A Contabilista Certificada,

Amanda Rodrigues Chaves

A Administração,

[Assinatura]

C. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES EM 31/12/2020

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A

Demonstração Individual dos Resultados por Funções

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31.dez.20	31.dez.19
Vendas e serviços prestados	14.008.691,02	0,00	
Custos das vendas e dos serviços prestados	-12.627.907,11	0,00	
Resultado bruto	1.380.783,91	0,00	
Outros rendimentos	855.963,39	0,00	
Gastos de distribuição	-1.017.942,40	0,00	
Gastos administrativos	-1.154.020,09	0,00	
Gastos de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	
Outros gastos	-304.880,07	0,00	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-240.095,26	0,00	
Gastos de financiamento (líquidos)	-81.745,91	0,00	
Resultados antes de impostos	-321.841,17	0,00	
Imposto sobre o rendimento do período	-44.468,47	0,00	
Resultado líquido do período	-366.309,64	0,00	

A Contabilista Certificada,

Amanda Rodrigues Chaves

A Administração,

[Assinatura]
x *[Assinatura]*
x *[Assinatura]*

D. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31/12/2020

Águas do Interior Norte, E.I.M., S.A
Demonstração Individual de Fluxos de Caixa
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.dez.20	31.dez.19
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		15.556.524,01	0,00
Pagamentos a fornecedores		-10.222.966,01	0,00
Pagamentos ao pessoal		-2.079.127,52	0,00
Caixa gerada pelas operações		3.254.430,48	0,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-172.485,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		-2.218.418,67	0,00
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		863.526,81	0,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-3.784.122,94	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00
		-3.784.122,94	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		842.344,80	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Realização de Capital Subscrito		4.081.200,95	0,00
		4.923.545,75	0,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		1.139.422,81	0,00

	Notas	31.dez.20	31.dez.19
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		3.000.000,00	0,00
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	445 050,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		3.000.000,00	445 050,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-580.686,62	0,00
Juros e gastos similares		-58.713,61	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		-639.400,23	0,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		2.360.599,77	445 050,00
Variação de caixa e seus equivalentes 4=(1+2+3)		4.363.549,39	445 050,00
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		445.050,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4.808.599,39	445 050,00

A Contabilista Certificada,

Amanda Rodrigues Chaves

A Administração,

[Assinatura]
[Assinatura]

F. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAIS - EXERCÍCIO DE 2020

Águas do Interior Norte, E.L.M., S.A.

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio - Exercício de 2020

(Valores expressos em euros)

[illegible]

	Capital autorizado	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de lucros	Reserva de depreciação	Reserva de amortização	Reserva de avaliação	Reserva de capital próprio	Reserva de capital próprio	Total do Capital próprio
Operações com detentores de capital próprio										
Realizações de capital	16.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000.000,00
Outros Instrumentos de Capital Próprio										
Realizações de prêmios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	16.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.000.000,00
6 = 1 + 2 + 3 + 5	30.398.050,00	7.763.200,00	4.313.347,00	94.866,75	13.762,56	901.066,16	13.657.965,89	-366.309,64	56.775.948,72	

Posição no Fim do Período 2020

A Contabilista Certificada,

Adriana Rodrigues Chaves

A Administração,

Adriana Rodrigues Chaves

[Assinatura]

F. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAIS - EXERCÍCIO DE 2019

Águas do Interior Norte, E.L.M., S.A.

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio - Exercício de 2019

(Valores expressos em euros)

Posição no início do Período 2019	1	Netas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital							Total de capital próprio
			Capital emitido	Outras inscrições de Capital próprio	Prémios de Emissão	Reservas	Reservas	Reservados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício
Alterações no período										
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedente de revalorização de ativos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	12 a 15		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	3									
Resultado Líquido do Período										
Resultado Integral										
	4 = 2 + 3									

A Contabilista Certificada,

Amanda Rodriguez Chavez

A Administração,

— 7 —



[Handwritten signature]

Pág. 35


 ED

 H.



 PS.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

1. Nota introdutória

A Empresa Águas do Interior Norte, E.I.M., S. A. tem a sua sede na Avenida Rainha Santa Isabel, Concelho de Vila Real. A sua atividade principal é a distribuição de água e tem como atividades secundárias a drenagem e tratamento de esgotos nos Concelhos de Freixo de Espada à Cinta, Mesão Frio, Murça, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião, Torre de Moncorvo e Vila Real

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2020 as demonstrações financeiras da AdIN foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da AdIN são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A depreciação dos subsistemas integrados a título de entradas em espécie deverá ocorrer pelo período da delegação.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Refira-se que estes bens não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo método do custo sendo a depreciações reconhecidas anualmente pela quota respetiva.

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas na rubrica propriedades de investimento.

3.4. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%, beneficiando do disposto do n.º 2 do artigo 87 do Código do IRC. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

3.5. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

3.6. Clientes e outros créditos a receber

As contas de "Clientes" e "Outros créditos a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.8. Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.9. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.10. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas

estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.11. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Nota 4 - Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2020 e 2019 foi o seguinte:

	31 de dezembro de 2019					Saldo em 31-dez-19
	Saldo em 01-jan-19	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	26 029 547,00	0,00	0,00	0,00	26 029 547,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	26 029 547,00	0,00	0,00	0,00	26 029 547,00

Depreciações acumuladas

Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

31 de dezembro de 2020

	Saldo em 01-jan-20	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-dez-20
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	0,00	193.301,68	0,00	0,00	0,00	193.301,68
Edifícios e outras construções	26.029.547,00	29.563.748,41	0,00	7.259.864,35	0,00	62.853.159,76
Equipamento básico	0,00	1.219.654,66	0,00	0,00	0,00	1.219.654,66
Equipamento de transporte	0,00	544.046,18	0,00	0,00	0,00	544.046,18
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	341.828,73	0,00	0,00	0,00	341.828,73
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	1.435,79	0,00	0,00	0,00	1.435,79
Investimentos em curso	0,00	15.989.823,84	0,00	-7.259.864,35	0,00	8.729.959,49
	<u>26.029.547,00</u>	<u>47.853.839,29</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>73.883.386,29</u>

Depreciações acumuladas

Edifícios e outras construções	0,00	13.944.729,52	0,00	0,00	0,00	13.944.729,52
Equipamento básico	0,00	821.205,31	0,00	0,00	0,00	821.205,31
Equipamento de transporte	0,00	256.565,53	0,00	0,00	0,00	256.565,53
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	190.720,90	0,00	0,00	0,00	190.720,90
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	1.435,79	0,00	0,00	0,00	1.435,79
	<u>0,00</u>	<u>15.214.657,05</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>15.214.657,05</u>

As aquisições ocorridas em 2020 em ativos fixos tangíveis e investimentos em curso devem-se sobretudo à fusão da AdIN com a EMARVR, Água e Resíduos de Vila Real, E.M., S.A..

Nota 5 - Propriedades de investimento
31 de dezembro de 2019

	Saldo em 01-jan-19	Aquisições	Alienações	Transferências	Varição do justo valor	Saldo em 31-dez-19
Propriedade investimento - A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade investimento - B	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade investimento - C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade investimento - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

31 de dezembro de 2020

	Saldo em 01-jan-20	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do justo valor	Saldo em 31-dez-20
Propriedade investimento - A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade investimento - B	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade investimento - C	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade investimento - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

A AdIN não dispõe de propriedades de investimento.

Nota 6 - Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica "Inventários" apresentava a seguinte composição:

	31-dez-20	31-dez-19
Mercadorias	0,00	0,00
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	247.440,16	0,00
Produtos acabados	1.422,06	0,00
Obras em curso	<u>248.862,22</u>	<u>0,00</u>
Perdas por imparidades de inventários	0,00	0,00
	<u>248.862,22</u>	<u>0,00</u>

O valor registado corresponde ao stock de armazém existente a 31.12.2020.

Nota 7 - Clientes

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	31-dez-20		31-dez-19	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	0,00	2.231.073,28	0,00	0,00
Clientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	1.040.460,96	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>3.271.534,24</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Perdas por imperidade acumuladas		-1.040.460,96		
	<u>0,00</u>	<u>2.231.073,28</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

	31-dez-20		31-dez-19	
	Cientes gerais	Grupo / relacionados	Cientes gerais	Grupo / relacionados
Cientes				
Cientes conta corrente	2.231.073,28	0,00	0,00	0,00
Cientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Cientes de cobrança duvidosa	1.040.460,96	0,00	0,00	0,00
	3.271.534,24	0,00	0,00	0,00

Estes valores incluem os saldos que transitaram da EMARVR.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os movimentos ocorridos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de clientes", foram os seguintes:

Perdas por imparidades	31-dez-20	31-dez-19
Saldo a 1 de janeiro	1.040.460,96	0,00
Aumento	0,00	0,00
Reversão	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00
	1.040.460,96	0,00

A AdIN foi abrangida pela aplicação da Lei n.º 7/2020, de 10 de abril, que proibiu a suspensão do fornecimento de serviços essenciais. Esta situação impossibilitou a aplicação do habitual de procedimento de recuperação de dívidas, não sendo possível com rigor estimar o risco de incobráveis. Assim, o risco de cobrança poderia ser superior ao risco fiscal, pelo que se mantiveram as imparidades que transitaram do exercício anterior.

Nota 8 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresenta os seguintes saldos:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	128.016,53	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	278.772,72	0,00
Outros impostos e taxas		
	406.789,25	0,00
Passiva		
Imposto sobre o rend. das pessoas coletivas (IRC)	125,00	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	21.653,25	0,00
Segurança Social/Caixa G. Apos/ADSE	21.469,00	0,00
Outros impostos e taxas	3,32	0,00
	43.250,57	0,00

Nota 9 - Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

	31-dez-20		31-dez-19	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Pessoal	-			
Outros	0,00-	5.021.496,00	0,00-	0,00-
	0,00-	5.021.496,00	0,00-	0,00-
Perdas por imparidade acumuladas	0,00-	0,00-	0,00-	0,00-
	0,00-	5.021.496,00	0,00-	0,00-

A EMARVR tinha como atividades o abastecimento de água, drenagem de águas residuais e a gestão dos resíduos urbanos. No âmbito do processo de fusão com a AdIN foi necessário internalizar no Município de Vila Real a atividade dos resíduos e atividade de abastecimento "em alta", bem como os ativos inerentes a esta atividade. Desta operação resultou um crédito favor da empresa no valor de 3.150.904,10€, o qual será regularizado no âmbito da redução Capital Social.

Nesta rubrica está registado o valor dos tarifários de ajustamento ainda em dívida por parte dos Municípios (537.097,91€).

Esta rubrica inclui também a especialização dos consumos de dezembro, apenas faturados em janeiro de 2021 (1.333.492,99€).

Nota 10 - Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como se segue:

	31-dez-20	31-dez-19
Diferimentos (Ativo)		
Valores a faturar	0,00	0,00
Seguros pagos antecipadamente	0,00	0,00
Juros a pagar	0,00	0,00
Outros gastos a reconhecer	12.000,00	0,00
	<u>12.000,00</u>	<u>0,00</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	0,00	0,00
Outros rendimentos a reconhecer	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

Este valor é o remanescente do acordo celebrado em 2011 com a Junta de Freguesia de Constantim relativo à transferência da rede de distribuição de água para a EMARVR, o qual termina em 31.12.2021.

Nota 11 - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os saldos desta rubrica apresentavam-se:

	31-dez-20	31-dez-19
Caixa	7.919,68	0,00

Depósitos à ordem	4.800.679,27	445 050,00
Depósitos a prazo (1)	0,44	0,00
(...)	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00
	<u>4.800.599,39</u>	<u>445 050,00</u>

Nota 12 - Capital subscrito

A variação ocorrida no Capital Subscrito deve-se à entrada da EMARVR (16.000.000€) que ocorreu no início 2020.

Nota 12.1. – Prestações Suplementares e Prémios de emissão

No âmbito da elaboração dos estudos referentes à constituição da AIN constatou-se que as entradas em espécie eram de valor superior ao Capital Social a subscrever (27.148.050€), optando-se por inscrever o remanescente como prémios de emissão/prestações suplementares.

Nota 13 - Reserva legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Nota 14 - Resultados transitados

O saldo existente na EMARVR no final de 2019, no valor de 637.209,39€, acrescido da distribuição de do resultado líquido no valor de 263.856.77€, transitou para a AdIN no âmbito da fusão.

Nota 15 - Outras variações nos capitais próprios

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o saldo desta rubrica apresentava-se:

	31-dez-20	31-dez-19
Diferenças de conversão das demonstrações financeiras	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	-	-
Subsídios	13.657.965,89	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras	-	-
	<u>13.657.965,89</u>	<u>0,00</u>

O valor das participações comunitárias da EMARVR que transitaram para a AdIN tem o valor de 11.923.993,74€. O remanescente foram recebidas em 2020 pela AdIN.

Nota 16 - Provisões

Não aplicável.

Nota 17 - Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-dez-20		31-dez-19	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	8.496.198,14	819.958,08	0,00	0,00
Contas caucionadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas bancárias de letras descontadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos bancários contratados	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(...)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
	8.496.198,14	819.958,08	0,00	0,00

A AdIN contraiu em 2020 um empréstimo no valor de 3.000.000€ para fazer face a investimento no período que antecedeu a contratação do empréstimo com o BEI. Transitaram da EMARVR empréstimos no montante de 6.896.842,84€.

Nota 18 - Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica "Outras dívidas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-dez-20		31-dez-19	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Detalhe 1	0,00	0,00	0,00	0,00
Detalhe 2	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	546.838,86	3.786.569,39	0,00	0,00
	546.838,86	3.786.569,39	0,00	0,00

O valor de 546.838,86€ respeita a retenções de cauções, do qual a maioria transitou da EMARVR.

O valor de 3.786.569,39€ respeita a dívida de fornecedores de investimentos e à especialização de faturas de fornecedores que datam de 2021 mas que cujos gastos ocorreram em 2020.

Nota 19 - Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica de "Fornecedores" tinha a seguinte composição.

	31-dez-20	31-dez-19
Fornecedores conta corrente	946.438,24	0,00
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores recepção e conferência	0,00	0,00
Fornecedores outros	0,00	0,00
	<u>946.438,24</u>	<u>0,00</u>

Este valor corresponde à dívida de fornecedor conta corrente a 31.12.2020, sendo a Águas do Norte, S. A. o mais representativo.

Nota 20 - Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados nos períodos de 2020 e de 2019 foram como segue:

	31-dez-20			31-dez-19		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	4.598.809,16	0,00	4.598.809,16	0,00	0,00	0,00
Serviços prestados	9.409.881,86	0,00	9.409.881,86	0,00	0,00	0,00
	<u>14.008.691,02</u>	<u>0,00</u>	<u>14.008.691,02</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

Estes valores correspondem ao volume de negócios e advêm essencialmente da faturação de tarifas fixas e variáveis dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais.

Nota 21 - Variação da produção

A demonstração da variação da produção, ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi como segue:

	31-dez-20			31-dez-19		
	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total
Saldo em 1 de janeiro	4.620,78	0,00	4.620,78	0,00	0,00	0,00
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final em 31 de dezembro	1.422,06	0,00	1.422,06	0,00	0,00	0,00
Variação da produção	<u>-3.198,72</u>	<u>0,00</u>	<u>-3.198,72</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

Nota 22 - Custo das vendas

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é detalhado como segue:

	31-dez-20	31-dez-19
--	-----------	-----------

	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	239.303,09	0,00	239.303,09	0,00	0,00	0,00
Regularizações	1.020,47	0,00	1.020,47	0,00	0,00	0,00
Compras	167.502,77	4.286.239,65	4.453.742,42	0,00	0,00	0,00
Saldo final em 31 de dezembro	247.440,16	0,00	247.440,16	0,00	0,00	0,00
Custo das Vendas	160.386,17	4.286.239,65	-4.446.625,82	0,00	0,00	0,00

O valor mais significativo do apuramento do custo das mercadores e matérias consumidas respeita à compra de água (4.286.239,65€).

Nota 23 - Fornecimentos e serviços externos

A repartição de fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi a seguinte:

	31-dez-20	31-dez-19
Subcontratos	-3.157.131,63	0,00
Serviços especializados	-1.013.794,37	0,00
Materials	-53.680,82	0,00
Energia e fluídos	-265.367,69	0,00
Deslocações, estadas e transportes	-52.461,92	0,00
Serviços diversos (*)	-547.275,58	0,00
donde rubrica 1	0,00	0,00
donde rubrica 2	0,00	0,00
	<u>-5.089.712,61</u>	<u>0,00</u>

O valor mais expressivo (subcontratos) corresponde essencialmente:

	31-dez-20	31-dez-19
Tratamento de águas residuais (Águas do Norte, S.A.)	3.146.289,95	0,00
Resíduos		
Recolha e deposição de lamas	10.841,68	0,00

Nota 24 - Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foi o seguinte:

	31-dez-20	31-dez-19
Remunerações dos órgãos sociais	0,00	0,00
Remunerações do pessoal	-3.058.730,57	0,00
Benefícios pós-emprego	-14.183,68	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	-684.853,96	0,00

Seguros	-49.841,01	0,00
Gastos de ação social	-23.834,85	0,00
Outros gastos com pessoal	-15.289,56	0,00
	<u>-3.846.733,63</u>	<u>0,00</u>

Nota 25 - Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

	31-dez-20	31-dez-19
Rendimentos suplementares	229.946,91	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	1.062,89	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associadas	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em inv. não financeiros	17,86	0,00
Outros rendimentos	<u>525.586,90</u>	<u>0,00</u>
	<u>756.614,56</u>	<u>0,00</u>

O valor de 229.946,91 respeita essencialmente à taxa de recursos hídricos de água e águas residuais a entregar à Agência Portuguesa do Ambiente.

Relativamente aos outros rendimentos, salienta-se que os mesmos provêm da imputação dos subsídios para investimento, tal como o definido na NCRF 22.

Nota 26 - Outros gastos

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

	31-dez-20	31-dez-19
Impostos	-290.261,35	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	-42,42	0,00
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas em inv. não financeiros	0,00	0,00
Outros gastos	<u>-14.576,30</u>	<u>0,00</u>
	<u>-304.880,07</u>	<u>0,00</u>

Nota 27 - Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-dez-20			31-dez-19		
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	-1.416.798,14	0,00	-1.416.798,14	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>-1.416.798,14</u>	<u>0,00</u>	<u>-1.416.798,14</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

A depreciação de um bem de acordo com a NCRF 7 - Ativos fixos tangíveis respeita à "imputação sistemática da quantia depreciável de um ativo durante a sua vida útil". Desta forma, estaremos a correlacionar os gastos do uso de um ativo com os rendimentos que ele gera, bem como a imputar a cada exercício o custo correspondente ao investimento realizado.

Nota 28 - Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2020 e de 2019, tinham a seguinte composição:

	31-dez-20	31-dez-19
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1,75	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
	<u>1,75</u>	<u>0,00</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-81.747,66	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
	<u>-81.747,66</u>	<u>0,00</u>
Resultados financeiros	<u>-81.747,66</u>	<u>0,00</u>

Nota 29- Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é constituído por:

Coleta	0,00
Derrama Municipal	0,00
Tributações Autónomas	44.468,47
Crédito fiscal ao investimento	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	<u>44.468,47</u>
Deduções de pagamentos especiais por conta	172.485,00
Deduções de pagamentos por conta	0,00
Retenções na fonte	0,00
Total do imposto a recuperar	<u>128.016,53</u>

Nota 30 - Eventos subsequentes

A situação particular de agregação de vários sistemas, cujas debilidades estão espelhadas nos relatórios anuais de avaliação da qualidade de serviço prestado emitidos pela ERSAR, exigirá um vasto conjunto de investimentos. Só após a conclusão destes investimentos será possível aferir o equilíbrio financeiro da empresa. Nesse sentido, foram recolhidos os pareceres do Revisor Oficial de Contas e das empresas que assessoraram a constituição da AdIN e apresentada à IGF um pedido para se proceder à análise do equilíbrio financeiro numa ótica plurianual, em conformidade com o disposto no n.º 5, do artigo 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Nota 31 - Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no decreto n.º 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações se encontram regularizadas, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2020, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2020.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A Contabilista Certificada,

Amanda Rodrigues Chaves

A Administração,

[Assinatura]
[Assinatura]



Águas
do interior norte

*A água
que nos liga.*

- ✓ mais qualidade
- ✓ melhor serviço
- ✓ preço justo

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

EP

[Handwritten signature]

u.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Handwritten notes in the top right corner, including initials and the number 28.



*A água
que nos liga.*

- ✓ mais qualidade
- ✓ melhor serviço
- ✓ preço justo

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as Demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, E.I.M, S.A. (Entidade), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Relatório

No decurso do exercício acompanhámos, com a regularidade e extensão que consideramos adequada, a atividade da empresa. Verificamos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também a observância da lei e dos estatutos.

Procedemos à análise da informação contabilística produzida, tendo sido efetuados os procedimentos e verificações adequados.

Emitimos nos termos do art.º 451º do Código das Sociedades Comerciais, a Certificação Legal das Contas, que inclui uma reserva, e que para todos os efeitos faz parte integrante deste relatório.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- a) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa;
- b) as políticas contabilísticas e os critérios adotados são adequados;
- c) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade, evidenciando os aspetos mais significativos;
- d) a proposta de aplicação dos resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis

Rodrigo, Gregório & Associados, SROC, Lda,
Av. da República, 1629 - 1º Esqº 4430-203 Vila Nova de Gaia
Inscrita na OROC sob o nº 170
Registada na CMVM sob o nº 20181474
NIPC: 504 844 369 - Capital Social: 102.000,00

t.: (+351) 223 770 120 | e: www.rga-auditors.pt | e: geral@rga-auditors.pt



EP

h.

Na sequência do disposto no n.º 2 do art.º 54.º do RJSPE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, tendo a Entidade apresentado o seu relatório de boas práticas de governo societário, aferimos o cumprimento das exigências previstas naquele diploma legal, do qual consta informação anual e completa sobre todas as matérias reguladas no respetivo Capítulo II.

Parecer

Considerando as análises e trabalhos efetuados, somos de parecer que a Assembleia Geral da ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, E.I.M, S.A., aprove:

- a) O Relatório de gestão e as Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
- b) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de gestão.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento à Administração e a todos os colaboradores com quem contactamos, pela valiosa colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Vila Nova de Gaia, 24 de maio de 2021

O Fiscal Único

Rodrigo, Gregório & Associados, SROC, Lda., representada por
Fernando Virgílio Cabral da Cruz Macedo, ROC nº 959 (Sócio Gerente)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



Handwritten signatures and initials in blue ink, including "M", "L.", "P.", and "R.", along with a checkmark.

Águas
do interior norte

*A água
que nos liga.*

- ✓ mais qualidade
- ✓ melhor serviço
- ✓ preço justo

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião com reservas**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, E.I.M., S.A., que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 71.415.202,00 euros e um total de capital próprio de 56.775.948,72 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 366.309,64 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, E.I.M., S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Durante o ano de 2020 foi publicada legislação que proibiu a suspensão do fornecimento de serviços essenciais, o que impossibilitou a realização por parte da empresa dos normais procedimentos de recuperação de dívidas em mora. Assim, em virtude de não nos ter sido possível efetuar procedimentos alternativos para concluir acerca da recuperabilidade das dívidas a receber, não nos é possível emitir opinião sobre o montante das perdas por imparidades para fazer face a estes créditos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'E.P.', 'R.', 'J.', and others.]

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou

[Handwritten signature in blue ink.]

condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referida na secção “Bases para a opinião” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 24 de maio de 2021


Rodrigo, Gregório & Associados, SROC, Lda., representada por
Fernando Virgílio Cabral da Cruz Macedo, ROC nº 959 (Sócio-Gerente)